

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	106
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	31.949.451	32.712.953
1.01	Ativo Circulante	9.176.851	9.110.880
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	969.995	1.112.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.860	2.968
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	4.860	2.968
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	4.860	2.968
1.01.03	Contas a Receber	3.366.457	4.068.656
1.01.03.01	Clientes	3.363.971	3.781.247
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	2.843.095	3.293.518
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	520.876	487.729
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.486	287.409
1.01.04	Estoques	25.527	24.319
1.01.04.01	Almoxarifado	25.527	24.319
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.266.356	1.047.257
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.266.356	1.047.257
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	43.920	57.434
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.222.436	989.823
1.01.07	Despesas Antecipadas	69.911	68.176
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.473.745	2.787.202
1.01.08.03	Outros	3.473.745	2.787.202
1.01.08.03.03	Outros créditos	302.664	288.782
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	2.766.385	2.135.322
1.01.08.03.05	Serviços em curso	404.696	363.098
1.02	Ativo Não Circulante	22.772.600	23.602.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.733.467	19.478.924
1.02.01.04	Contas a Receber	38.293	40.786
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	23.868	23.868
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	14.425	16.918
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.512.640	4.508.956
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.512.640	4.508.956
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.182.534	14.929.182
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	877.175	851.972
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	4.506.956	5.208.206
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	6.919.418	6.317.532
1.02.01.10.09	Outros créditos	62.924	62.020
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	511.323	1.313.557
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.194.912	1.050.779
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	109.826	125.116
1.02.02	Investimentos	41.250	34.936
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	34.936
1.02.03	Imobilizado	199.882	263.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.882	263.349
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	199.882	263.349
1.02.04	Intangível	3.798.001	3.824.864
1.02.04.01	Intangíveis	3.798.001	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.798.001	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	31.949.451	32.712.953
2.01	Passivo Circulante	8.409.904	9.020.280
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121.895	118.882
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	121.895	118.882
2.01.02	Fornecedores	2.221.823	3.074.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.221.823	3.074.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	579.622	608.834
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	213.244	99.071
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	213.244	99.071
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	363.576	506.140
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.802	3.623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.162.397	805.528
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	363.318	44.048
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	352.909	32.889
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.409	11.159
2.01.04.02	Debêntures	799.079	761.480
2.01.05	Outras Obrigações	4.099.694	4.226.277
2.01.05.02	Outros	4.099.694	4.226.277
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	407.000	576.116
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.319	1.756
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	560.961	496.308
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	484.709	673.066
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.121.428	1.179.784
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	10.871	11.834
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	331.052	375.145
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	54.373	50.327
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	79.770	40.459
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.040.868	814.140
2.01.06	Provisões	224.473	186.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	221.559	183.412
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	221.559	183.412
2.01.06.02	Outras Provisões	2.914	2.678
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.914	2.678
2.02	Passivo Não Circulante	21.815.001	21.314.369
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.463.737	6.072.628
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.050.953	2.496.323
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	281.657	607.297
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.769.296	1.889.026
2.02.01.02	Debêntures	4.412.784	3.576.305
2.02.02	Outras Obrigações	14.440.259	14.347.196
2.02.02.02	Outros	14.440.259	14.347.196
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	364	904
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.808.111	6.654.672
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	108.963	102.319
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	25.699	29.371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	120.100	110.695
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	676.141	485.355
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	54.172	363.777
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	163.479	229.735
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.251.421	6.326.144
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	231.809	44.224
2.02.04	Provisões	911.005	894.545
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	908.557	892.097
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	908.557	892.097
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	1.724.546	2.378.304
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	1.067.544
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	870.778
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	524.509	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	645.388	677.668
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.990.072	-4.714.863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.294.149	8.861.412	4.311.189	8.643.642
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.432.296	-6.949.969	-3.665.249	-7.409.398
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.820.369	-3.517.183	-2.133.946	-4.146.010
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-108.948	-218.630	-68.860	-134.930
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-541.310	-1.457.454	-650.531	-1.384.161
3.02.07	Pessoal e Administradores	-110.063	-216.175	-110.417	-352.862
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.211	-2.412	-1.235	-2.535
3.02.09	Serviços de Terceiros	-191.090	-376.126	-152.662	-336.406
3.02.10	Material	-14.633	-20.936	-15.128	-28.705
3.02.11	Custo de Construção	-453.948	-755.629	-362.624	-639.699
3.02.13	Provisão para processos judiciais e outros riscos	-1.024	-6.566	-928	-5.816
3.02.16	Depreciação e Amortização	-140.524	-279.531	-133.705	-264.825
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-49.176	-99.327	-35.213	-113.449
3.03	Resultado Bruto	861.853	1.911.443	645.940	1.234.244
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-243.393	-467.056	-134.753	-299.495
3.04.01	Despesas com Vendas	-146.607	-265.018	-43.923	-154.631
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.163	-301.416	-118.394	-226.359
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	53.377	99.378	27.564	81.495
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	618.460	1.444.387	511.187	934.749
3.06	Resultado Financeiro	-266.827	-598.268	-192.325	-407.362
3.06.01	Receitas Financeiras	325.106	459.881	118.736	258.847
3.06.02	Despesas Financeiras	-591.933	-1.058.149	-311.061	-666.209
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-593.375	-1.060.607	-312.353	-667.182
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.442	2.458	1.292	973
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	351.633	846.119	318.862	527.387
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.572	-253.890	-108.656	-180.644
3.08.01	Corrente	4	-103.242	-25.054	-33.013
3.08.02	Diferido	-86.576	-150.648	-83.602	-147.631

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	265.061	592.229	210.206	346.743
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	265.061	592.229	210.206	346.743
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,34231	2,99913	0,80703	1,75595

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	265.061	592.229	210.206	346.743
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-239.343	-275.209	971.950	964.382
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-318.209	-318.209	1.446.998	1.446.998
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	108.191	108.191	-491.980	-491.980
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-44.432	-98.773	25.656	14.189
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.107	33.582	-8.724	-4.825
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.718	317.020	1.182.156	1.311.125

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.061.852	-395.376
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.041.325	1.452.150
6.01.01.01	Lucro líquido do período	592.229	346.743
6.01.01.02	Depreciação e amortização	382.273	344.413
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	120.584	66.246
6.01.01.05	Variações monetárias	-8.003	-9.111
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-338.453	-203.658
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	179.690	23.584
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	49.949	131.408
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	40.952	17.652
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	220.946	116.335
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	299.938	237.913
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-143	-577
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	21.868	26.462
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	150.648	147.631
6.01.01.15	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	81.875	61.881
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	5.923	8.570
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	155.170	5.113
6.01.01.19	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	85.879	131.545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	287.392	-923.726
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	245.273	-183.626
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-77.590	-8.760
6.01.02.03	Almoxarifado	-1.208	21.929
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-20.061	532
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	468.637	142.274
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-1.735	-23.211
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	284.923	0
6.01.02.08	Outros créditos	-21.560	-93.489
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	171.171	-337.922
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	3.013	-6.016
6.01.02.11	Fornecedores	-894.881	-417.213
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-15.000	23.043
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	5.267	-42.146
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	132.430	-221.346
6.01.02.15	Serviços em curso	-41.598	-44.129
6.01.02.16	Encargos setoriais	80.912	48.351
6.01.02.19	Outras obrigações	-182.606	21.825
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	152.005	196.178
6.01.03	Outros	-1.266.865	-923.800
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-210.181	-37.775
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-22.088
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-465.671	-402.875
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-72.674	-92.254

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-3	-783
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-6.966	-8.570
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-116.720	1.657
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-394.650	-361.112
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-791.730	-545.930
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-807.543	-611.644
6.02.02	Consumidores participação financeira	84.490	58.943
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-1.644	-34.065
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	-141	35.251
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-60.791	-15.924
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-6.101	21.509
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-412.429	-217.796
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.457.325	2.269.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-674.642	-2.021.208
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-46.449	-27.655
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-23.769	-32.943
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.124.894	-513.137
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	0	108.147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-142.307	-1.159.102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.112.302	2.095.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	969.995	936.709

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-870.778	-100.000	0	-970.778
5.04.06	Dividendos	0	0	-870.778	0	0	-870.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	592.229	-275.209	317.020
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	592.229	0	592.229
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-275.209	-275.209
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	-318.209	-318.209
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	108.191	108.191
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-98.773	-98.773
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	33.582	33.582
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	32.280	-32.280	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	48.908	-48.908	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-16.628	16.628	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	524.509	-4.344.684	1.724.546

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-930.960	0	0	-930.960
5.04.06	Dividendos	0	0	-759.823	0	0	-759.823
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	346.743	964.382	1.311.125
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	346.743	0	346.743
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	964.382	964.382
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	1.446.998	1.446.998
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-491.980	-491.980
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	14.189	14.189
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-4.825	-4.825
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	33.655	-33.655	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	50.993	-50.993	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-17.338	17.338	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	380.398	-2.845.916	3.079.203

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	15.345.363	13.173.168
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.068.839	5.150.325
7.01.02	Outras Receitas	7.785.913	7.537.775
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	755.629	639.699
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-265.018	-154.631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.918.595	-7.302.813
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.692.784	-6.216.108
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.204.618	-1.036.217
7.02.04	Outros	-21.193	-50.488
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.426.768	5.870.355
7.04	Retenções	-389.432	-344.413
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-389.432	-344.413
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.037.336	5.525.942
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	459.881	258.847
7.06.02	Receitas Financeiras	459.881	258.847
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.497.217	5.784.789
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.497.217	5.784.789
7.08.01	Pessoal	289.015	412.404
7.08.01.01	Remuneração Direta	196.126	314.412
7.08.01.02	Benefícios	76.776	83.202
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.113	14.790
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.550.185	4.351.315
7.08.02.01	Federais	4.049.432	2.253.486
7.08.02.02	Estaduais	2.478.273	2.080.092
7.08.02.03	Municipais	22.480	17.737
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.065.788	674.327
7.08.03.01	Juros	1.058.149	666.955
7.08.03.02	Aluguéis	7.639	7.372
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	592.229	346.743
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	592.229	346.743



Comentário do Desempenho

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre (“2T22”) e do primeiro semestre (“6M22”) de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.294.149	4.311.189	-0,4%	4.567.263	-6,0%	8.861.412	8.643.642	2,5%
EBITDA (R\$ mil)	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%
Margem EBITDA (%)	18,8%	15,6%	3,2 p.p.	22,0%	-3,2 p.p.	20,5%	14,6%	5,9 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	21,1%	17,0%	4 p.p.	23,6%	-2,5 p.p.	22,4%	15,7%	6,7 p.p.
EBIT (R\$ mil)	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
Margem EBIT (%)	14,4%	11,9%	2,5 p.p.	18,1%	-3,7 p.p.	16,3%	10,8%	5,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
Margem Líquida (%)	6,2%	4,9%	1,3 p.p.	7,2%	-13,8%	6,7%	4,0%	2,7 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	6,9%	5,3%	1,6 p.p.	7,7%	-10,0%	7,3%	4,3%	3 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	460.994	364.391	26,5%	356.555	29,3%	817.550	617.432	32,4%
DEC - horas (12 meses)	6,77	7,25	-6,6%	6,72	0,7%	6,77	7,25	-6,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,49	3,86	-9,6%	3,49	-0,1%	3,49	3,86	-9,6%
Índice de Arrecadação (YTD)	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.	100,09%	-0,8 p.p.	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.	10,50%	0 p.p.	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.610.048	7.493.420	1,6%	7.596.880	0,2%	7.610.048	7.493.420	1,6%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	4.236	4.735	-10,5%	4.372	-3,1%	4.236	4.735	-10,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	611	301	102,9%	610	0,2%	1.213	606	>100,0%
PMSO (5) / Consumidor	79,0	60,3	31,7%	75,1	5,3%	154,0	151,6	1,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	446	221	101,6%	451	-1,1%	446	221	101,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17.078	33.946	-49,7%	16.848	1,4%	17.078	33.946	-49,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	2T22	2T21	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.358.448	18.170.745	1,0%
Consumidores (Unid.)	7.610.048	7.493.420	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	42.379	42.257	0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	1.838	1.836	0,1%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.036	40.915	0,3%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,75%	8,61%	0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,20%	8,37%	-0,2 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial
 (2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADDEE
 (3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeperica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 1.681 unidades consumidoras faturadas por km².

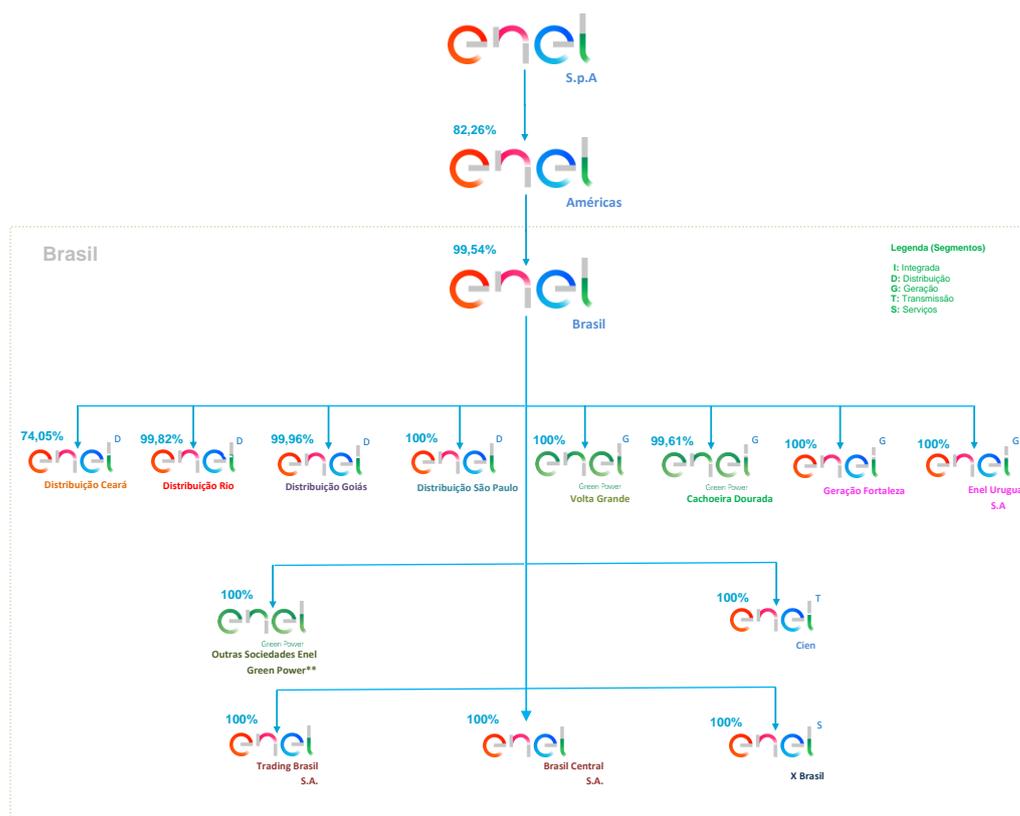


Comentário do Desempenho

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%



3

DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.607.149	7.490.855	1,6%	7.593.951	0,2%	7.607.149	7.490.855	1,6%
Residencial	7.161.031	7.043.715	1,7%	7.143.592	0,2%	7.161.031	7.043.715	1,7%
Industrial	24.225	24.932	-2,8%	24.725	-2,0%	24.225	24.932	-2,8%
Comercial	402.070	402.144	0,0%	405.555	-0,9%	402.070	402.144	0,0%
Rural	539	575	-6,3%	556	-3,1%	539	575	-6,3%
Setor Público	19.284	19.489	-1,1%	19.523	-1,2%	19.284	19.489	-1,1%
Cientes Livres	2.899	2.565	13,0%	2.929	-1,0%	2.899	2.565	13,0%
Industrial	674	600	12,3%	656	2,7%	674	600	12,3%
Comercial	2.164	1.906	13,5%	2.213	-2,2%	2.164	1.906	13,5%
Setor Público	54	52	3,8%	53	1,9%	54	52	3,8%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.610.048	7.493.420	1,6%	7.596.880	0,2%	7.610.048	7.493.420	1,6%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A Companhia encerrou o 2T22 com um aumento de 1,6%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 2T21. Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, com aumento de 13,5% e 12,3%, respectivamente, reflexo da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.



Comentário do Desempenho

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T22 em 10.430 GWh, refletindo um aumento de 2,2% em relação ao 2T21, acompanhando o crescimento de novos consumidores. No acumulado do ano, a venda de energia manteve-se estável em comparação ao mesmo período no ano passado, totalizando 20.712 GWh (20.559 GWh no 6M21).

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Mercado Cativo	7.179	7.245	-0,9%	7.135	0,6%	14.315	14.539	-1,5%
Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Residencial	4.099	4.207	-2,6%	4.075	0,6%	8.174	8.392	-2,6%
Industrial	526	561	-6,2%	487	8,0%	1.013	1.082	-6,4%
Comercial	2.054	1.928	6,6%	2.081	-1,3%	4.135	3.996	3,5%
Rural	8	8	3,3%	8	4,7%	16	15	7,7%
Setor Público	492	541	-9,1%	484	1,6%	976	1.054	-7,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.179	7.245	-0,9%	7.135	0,6%	14.315	14.539	-1,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Residencial	572	597	-4,2%	571	0,3%	1.141	1.191	-4,2%
Industrial	21.718	22.501	-3,5%	19.700	10,2%	41.824	43.398	-3,6%
Comercial	5.110	4.794	6,6%	5.131	-0,4%	10.285	9.937	3,5%
Rural	15.329	13.913	10,2%	14.196	8,0%	29.973	26.087	14,9%
Setor Público	25.493	27.759	-8,2%	24.795	2,8%	50.595	54.082	-6,4%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	944	967	-2,4%	940	0,4%	1.882	1.941	-3,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O mercado cativo totalizou 7.179 GWh no 2T22, praticamente em linha com o volume registrado no 2T21 (7.245 GWh). No acumulado do ano, o mercado cativo totalizou 14.315 GWh, representando uma queda de 1,5% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de temperaturas mais baixas registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

A classe residencial apresentou tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, uma redução de 2,6% quando comparado aos mesmos períodos no ano anterior, justificado principalmente pelo retorno ao trabalho com o fim das medidas mais restritivas de combate ao Covid-19.

Já na classe industrial, a redução de 6,2% no 2T22 é resultado do cenário macroeconômico nacional que se tem demonstrado desafiador, com juros crescentes e dificuldades na cadeia de produção, principalmente automotiva, além do efeito da migração destes clientes para o mercado livre. No acumulado do ano, observou-se redução em comparação ao ano anterior no mesmo patamar registrado no trimestre.

Em contrapartida, a classe comercial registrou uma melhora de 6,6% e 3,5% no trimestre e no acumulado do ano respectivamente, em decorrência da reabertura dos estabelecimentos e retomada das atividades fora de casa.

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.251 GWh no 2T22, um aumento de 9,9% quando comparado ao 2T21, justificado pela retomada da economia e pela migração de clientes do mercado cativo. Já no ano acumulado do ano, o aumento registrado foi de 6,3% versus o 6M21, totalizando 6.398 GWh.

¹ Não Inclui Consumo Próprio



Comentário do Desempenho

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Industrial	1.437	1.388	3,5%	1.337	7,5%	2.774	2.770	0,1%
Comercial	1.397	1.168	19,6%	1.406	-0,6%	2.803	2.438	15,0%
Setor Público	417	402	3,6%	404	3,1%	821	812	1,1%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (MWh/CONSUMIDOR)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Industrial	2.132	2.313	-7,8%	2.313	-7,8%	4.115	4.617	-10,9%
Comercial	646	613	5,4%	613	5,3%	1.295	1.279	1,3%
Setor Público (3)	7.715	7.731	-0,2%	6.814	13,2%	15.197	15.615	-2,7%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.121	1.020	9,9%	1.153	-2,7%	2.207	2.077	6,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Itaipu	1.872	1.932	-3,1%	1.845	1,5%	3.717	3.847	-3,4%
Leilão (3)	6.699	6.708	-0,1%	6.903	-3,0%	13.602	13.754	-1,1%
Angra 1 e 2	351	369	-4,9%	347	1,1%	698	733	-4,9%
Proíña	163	182	-10,4%	154	6,1%	316	338	-6,5%
Total - Compra de Energia	9.085	9.191	-1,2%	9.248	-1,8%	18.333	18.673	-1,8%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%
Residencial	4.099	4.207	-2,6%	4.075	0,6%	8.174	8.392	-2,6%
Industrial	526	561	-6,2%	487	8,0%	1.013	1.082	-6,4%
Comercial	2.054	1.928	6,6%	2.081	-1,3%	4.135	3.996	3,5%
Rural	8	8	3,3%	8	4,7%	16	15	7,7%
Setor público	492	541	-9,1%	484	1,6%	976	1.054	-7,4%
Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	900	1.110	-19,0%	1.579	-43,0%	2.478	2.375	4,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	7,87%	10,01%	-2,1 p.p.	13,21%	-5,3 p.p.	10,60%	10,33%	0,3 p.p.

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

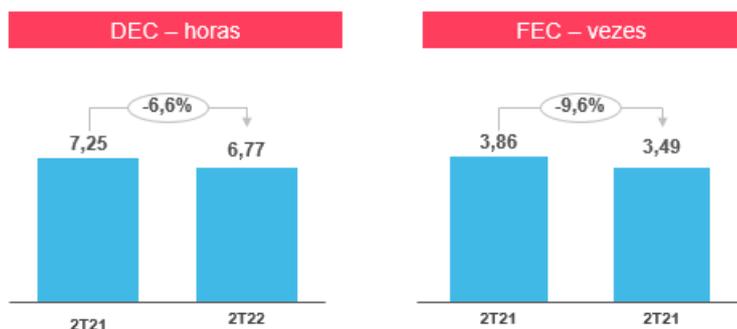
Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	6,77	7,25	-6,6%	6,72	0,7%	6,77	7,25	-6,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,49	3,86	-9,6%	3,49	-0,1%	3,49	3,86	-9,6%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.	10,50%	0 p.p.	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.	100,09%	-0,8 p.p.	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	611	301	102,9%	610	0,2%	1.213	606	>100,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	446	221	101,6%	451	-1,1%	446	221	101,9%
PMSO (3) / Consumidor	79,0	60,3	31,7%	75,1	5,3%	154,0	151,6	1,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17,078	33,946	-49,7%	16,848	1,4%	17,078	33,946	-49,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T22, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 6,6% e 9,6% respectivamente em relação ao 2T21.

Embora esses indicadores tenham sido fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, o 1T22 já refletiu os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo. Apesar disso, destaca-se que os indicadores



Comentário do Desempenho

de qualidade da Companhia encontram-se abaixo da meta regulatória estipulada pela ANEEL considerando os últimos doze meses até junho de 2022.

Disciplina de Mercado (Perdas)²



O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes, pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses.

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,51%³, sendo divididas entre perdas técnicas (5,02%) e não técnicas (5,48%). Em comparação ao 2T21,

as perdas totais apresentaram uma redução de 0,4 p.p. devido as ações do plano de perdas para controlarem o impacto decorrentes do Covid-19.

Um dos principais motivos de não haver uma redução maior de perdas é decorrente a um cenário pós pandemia do Covid-19, onde houve uma mudança do mix de carga da área de concessão da Companhia com migração do consumo nas categorias de consumidores com perdas não técnicas mínimas ou nulas (clientes livres, alta e média tensão) para consumidores de baixa tensão, especificamente clientes residenciais, onde a perda não técnica apresenta níveis mais elevados.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. No 2T22 houve um incremento do 111% no número total de inspeções em comparação ao 2T21. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular. O incremento de instalações Cortadas/Autoreligadas que foram recuperadas em 2T22 é 56% acima do realizado em 2T21. (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. No 2T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 62% em relação ao realizado em 2T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público. (iv) Redução de perdas administrativas: o objetivo dessa iniciativa é identificar as oportunidades nos processos do ciclo comercial que geram perdas de faturamento. Em 2T22 o número de perdas administrativas corrigidas aumentou em 2% em relação ao realizado em 2T21.

Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,28% no 2T22 contra 100,07% no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 0,8 p.p, devido a uma redução de pagamentos administrativos no período, além da maior base de comparação em 2021, onde tivemos um maior nível de arrecadação com o restabelecimento do corte de energia. Vale destacar que a Companhia mantém ações recorrentes voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

³ Nota: A partir do 4T21, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões da Aneel, retroagindo seu efeito a partir de dezembro de 2020.



Comentário do Desempenho

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%
Deduções à Receita Operacional	(2.920.596)	(2.355.521)	24,0%	(3.828.373)	-23,7%	(6.748.969)	(4.684.157)	44,1%
Receita Operacional Líquida	4.294.149	4.311.189	-0,4%	4.567.263	-6,0%	8.861.412	8.643.642	2,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.031.837)	(3.276.008)	-7,5%	(3.260.933)	-7,0%	(6.292.770)	(6.746.127)	-6,7%
EBITDA	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%
Margem EBITDA	18,8%	15,6%	3,2 p.p.	22,0%	-3,2 p.p.	20,5%	14,6%	5,9 p.p.
EBIT	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
Margem EBIT	14,4%	11,9%	2,5 p.p.	18,1%	-3,7 p.p.	16,3%	10,8%	5,5 p.p.
Resultado Financeiro	(266.827)	(192.325)	38,7%	(331.441)	-19,5%	(598.268)	(407.362)	46,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(86.572)	(108.656)	-20,3%	(167.318)	-48,3%	(253.890)	(180.644)	40,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
Margem Líquida	6,2%	4,9%	1,3 p.p.	7,2%	-1 p.p.	6,7%	4,0%	2,7 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,9%	5,3%	1,6 p.p.	7,7%	-0,8 p.p.	7,3%	4,3%	3 p.p.
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,34	1,06	>100,0%	1,66	-0,19	3,00	1,76	50,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	3.180.193	2.605.522	22,1%	3.888.563	-18,2%	7.068.756	5.150.325	37,2%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	556.613	517.944	7,5%	538.845	3,3%	1.095.458	1.033.350	6,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.531.603	2.381.029	6,3%	2.517.567	0,6%	5.049.170	4.789.221	5,4%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(21.316)	(15.700)	35,8%	(20.962)	1,7%	(42.278)	(40.930)	3,3%
Receita de Construção	453.948	362.624	25,2%	301.681	50,5%	755.629	639.699	18,1%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	(184.803)	105.899	<-100,0%	195.838	<-100,0%	11.035	313.436	-96,5%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	3.336.045	3.351.796	-0,5%	3.532.969	-5,6%	6.869.014	6.734.776	2,0%
Subvenção de Recursos da CDE	123.763	128.206	-3,5%	134.355	-7,9%	258.118	250.946	2,9%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	385.712	485.310	-20,5%	690.347	-44,1%	1.076.059	988.094	8,9%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	189.032	95.876	97,2%	149.402	26,5%	338.434	203.658	66,2%
Total - Outras Receitas	698.507	709.392	-1,5%	974.104	-28,3%	1.672.611	1.442.698	15,9%
Total - Receita Operacional Bruta	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 7,2 bilhões no 2T22, um aumento de 8,2% comparado ao 2T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T22, alcançou o montante de R\$ 6,8 bilhões, um aumento de R\$ 456,7 milhões em relação ao 2T21, cujo montante foi de R\$ 6,3 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 574,7 milhões devido ao: (i) aumento do consumo de energia no período, (ii) implementação da bandeira de escassez hídrica, que esteve vigente desde o final de agosto de 2021 até meados de abril de 2022 e (iii) o reajuste tarifário de 2021 vigente desde julho de 2021;
- Aumento de R\$ 189,2 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do reajuste tarifário de 2021 de 9,44%;
- Aumento da rubrica de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 93,2 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período.

Parcialmente compensados por:

- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 290,7 milhões, devido, ao impacto negativo do aumento de fornecimento não faturado, relacionado a redução de pagamentos administrativos no período e à redução na liquidação de energia na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) em razão de menor volume de sobras de energia e menor PLD no 2T22 comparado ao mesmo período no ano anterior;
- Redução do ativo financeiro setorial líquido, no valor de R\$ 99,6 milhões, devido, principalmente à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.



Comentário do Desempenho

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 17,1%, ou R\$ 2,3 bilhões, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 15,6 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, alcançou o montante de R\$ 14,9 bilhões, um aumento de R\$ 2,2 bilhões em relação ao 6M21, cujo montante foi de R\$ 12,7 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 1,9 bilhão devido a: (i) implementação da bandeira de escassez hídrica, que esteve vigente desde o final de agosto de 2021 até meados de abril de 2022 e (ii) o reajuste tarifário de 2021 vigente desde julho de 2021;
- Aumento de R\$ 322,1 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do reajuste tarifário em 2021 de 9,44%;
- Maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 88,0 bilhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 134,8 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período.

Parcialmente compensados por:

- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 302,4 milhões, reflexo do impacto negativo do aumento de fornecimento não faturado, relacionado a redução de pagamentos administrativos no período e da redução na liquidação de energia na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) em razão de menor volume de sobras de energia e menor PLD no 6M22 comparado ao mesmo período no ano anterior.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
ICMS	(1.174.233)	(1.043.040)	12,6%	(1.298.786)	-9,6%	(2.473.019)	(2.075.549)	19,2%
PIS	(160.673)	(79.849)	101,2%	(94.934)	69,2%	(255.607)	(163.970)	55,9%
COFINS	(423.882)	(368.070)	15,2%	(437.824)	-3,2%	(861.706)	(755.601)	14,0%
ISS	(91)	(37)	145,9%	(90)	1,1%	(181)	(73)	147,9%
Total - Tributos	(1.758.879)	(1.490.996)	18,0%	(1.831.634)	-4,0%	(3.590.513)	(2.995.193)	19,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(36.198)	(38.239)	-5,3%	(40.927)	-11,6%	(77.125)	(77.537)	-0,5%
Encargo Setorial CDE (3)	(929.643)	(529.162)	75,7%	(948.578)	-2,0%	(1.878.221)	(1.183.040)	58,8%
TFSEE (4)	(7.086)	(4.977)	42,4%	(7.087)	0,0%	(14.173)	(9.954)	42,4%
Encargos do consumidor - PROINFA	(30.908)	(23.076)	33,9%	(30.173)	2,4%	(61.081)	(48.941)	24,8%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(157.882)	(269.071)	-41,3%	(969.974)	-83,7%	(1.127.856)	(369.492)	>100,0%
Total - Encargos Setoriais	(1.161.717)	(864.525)	34,4%	(1.996.739)	-4,0%	(3.158.456)	(1.688.964)	87,0%
Total - Deduções da Receita	(2.920.596)	(2.355.521)	24,0%	(3.828.373)	-23,7%	(6.748.969)	(4.684.157)	44,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Conta de Desenvolvimento Energético
(4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2,9 bilhões no 2T22, um incremento de 24,0%, ou R\$ 565,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de 18,0%, R\$ 267,9 milhões no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 131,2 milhões e R\$ 136,6 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 297,2 milhões em encargos setoriais, sendo R\$ 400,5 milhões relacionados ao encargo setorial CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020, compensado parcialmente por uma redução nos encargos do consumidor – CCRBT, na ordem de R\$ 111,2 milhões, relacionado com as bandeiras tarifárias, cuja redução deve-se ao fim da vigência da bandeira de escassez hídrica em abril de 2022.

No acumulado do ano, as deduções da receita totalizaram R\$ 6,7 bilhões, contra R\$ 4,7 bilhões no 6M21, representando um aumento de 44,1% ou R\$ 2,1 bilhões, atribuído aos seguintes fatores:

- Aumento de 19,9% (R\$ 595,3 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 397,5 milhões e R\$ 197,7 milhões, respectivamente;



Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 1,5 bilhão nos encargos setoriais ou 87,0%, principalmente nas linhas de encargo setorial CDE e Encargos do consumidor – CCRBT, com aumentos de R\$ 695,2 milhões e R\$ 758,4 milhões, respectivamente.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.929.317)	(2.202.806)	-12,4%	(1.806.496)	6,8%	(3.735.813)	(4.280.941)	-12,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(541.310)	(650.531)	-16,8%	(916.144)	-40,9%	(1.457.454)	(1.384.161)	5,3%
Total - Não Gerenciáveis	(2.470.627)	(2.853.337)	-13,4%	(2.722.640)	-9,3%	(5.193.267)	(5.665.102)	-8,3%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(141.460)	(134.430)	5,2%	(137.197)	3,1%	(278.657)	(402.176)	-30,7%
Previdência Privada	(1.526)	(1.537)	-0,7%	(1.534)	-0,5%	(3.060)	(3.125)	-2,1%
Serviços de Terceiros	(243.121)	(205.570)	18,3%	(250.972)	-3,1%	(494.093)	(433.191)	14,1%
Material	(15.766)	(15.350)	2,7%	(3.920)	302,2%	(19.686)	(28.821)	-31,7%
Depreciação e Amortização	(189.904)	(161.370)	17,7%	(178.722)	6,3%	(368.626)	(323.067)	14,1%
PECLD (3)	(109.733)	24.819	<-100,0%	(69.406)	58,1%	(179.139)	(23.086)	>100,0%
Custo de Construção	(453.948)	(362.624)	25,2%	(301.681)	50,5%	(755.629)	(639.699)	18,1%
Provisão para processos judiciais e outros	(16.931)	(14.212)	19,1%	(22.109)	-23,4%	(39.040)	(27.127)	43,9%
Perda de recebíveis de clientes	(36.874)	(68.742)	-46,4%	(49.005)	-24,8%	(85.879)	(131.545)	-34,7%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	41.301	30.783	34,2%	33.871	21,9%	75.172	58.068	29,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.100)	(38.432)	-3,5%	(38.021)	-2,4%	(75.121)	(90.022)	-16,6%
Total - Despesas Operacionais (4)	(561.210)	(422.671)	32,8%	(538.293)	4,3%	(1.099.503)	(1.081.025)	1,7%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(3.031.837)	(3.276.008)	-7,5%	(3.260.933)	-7,0%	(6.292.770)	(6.746.127)	-6,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação, amortização e custo de construção, totalizaram R\$ 3,0 bilhões no 2T22, uma queda de R\$ 244,2 milhões em comparação com o 2T21. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Os custos não gerenciáveis (Parcela A) totalizaram R\$ 2,5 bilhões no 2T22, representando uma queda de 13,4% em comparação ao 2T21 (R\$ 2,9 bilhões), justificado principalmente: pela redução na linha de energia comprada para revenda no valor de R\$ 273,5 milhões, em razão da redução de custos com energia comprada de Itaipu, resultado da depreciação do dólar no 2T22 versus 2T21; bem como redução de R\$ 109,2 milhões na rubrica de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

Por outro lado, o grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis) apresentou um aumento de R\$ 138,5 milhões no 2T22 em comparação ao 2T21, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Aumento de R\$ 134,6 milhões em perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) explicado pela crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia e aumento da taxa de juros SELIC;
- Aumento de R\$ 37,6 milhões com serviços de terceiros em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, terceirização dos leituristas além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência;
- Redução de R\$ 31,9 milhões relacionado à Perda de Recebíveis de Clientes refletindo parcialmente os esforços da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência.

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 6,3 bilhões, uma redução de R\$ 453,3 milhões em comparação com os 6M21. Tal efeito é resultado principalmente, das seguintes variações:

- Redução dos custos não-gerenciáveis em R\$ 471,8 milhões, que totalizaram R\$ 5,2 bilhões, resultado 8,3% inferior ao registrado nos seis meses de 2021 em virtude dos menores custos com energia comprada para revenda, resultado da depreciação do dólar no 2T22 versus 2T21;
- Aumento dos custos gerenciáveis em R\$ 18,5 milhões, que totalizaram R\$ 1,1 bilhão, resultado 1,7% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, basicamente pelas mesmas razões explicadas no trimestre, além da redução na rubrica de despesa com pessoal no valor de R\$ 123,5 milhões como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização, eficiência dos processos e maior capitalização de mão de obra própria.



Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA da Enel São Paulo no 2T22 atingiu o montante de R\$ 808,4 milhões, o que representa um aumento de R\$ 135,8 milhões em relação ao 2T21. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 18,8%, um aumento de 3,2 p.p. em relação ao 2T21. Tal efeito é resultado da maior receita operacional registrada no período associada a menores custos e despesas operacionais, conforme explicado anteriormente.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 1,8 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 555,2 milhões em relação ao mesmo período de 2021. A margem EBITDA da Companhia no 6M22 foi de 20,5%, com um aumento de 5,9 p.p. em relação ao 6M21. Assim como no trimestre, esse aumento também é atribuído a melhora da receita operacional e redução de custos e despesas operacionais.

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
(+) Tributos sobre o Lucro	86.572	108.656	-20,3%	167.318	-48,3%	253.890	180.644	40,5%
(+) Resultado Financeiro	266.827	192.325	38,7%	331.441	-19,5%	598.268	407.362	46,9%
(=) EBIT	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
(-) Depreciações e Amortizações	189.904	161.370	17,7%	178.722	6,3%	368.626	323.067	14,1%
(=) EBITDA	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	17.428	4.403	295,8%	9.982	74,6%	27.410	7.666	257,6%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	25.278	45.797	-44,8%	20.555	23,0%	45.833	96.670	-52,6%
Subvenções governamentais	466	661	-29,5%	511	-8,8%	977	1.360	-28,2%
Atualização de Créditos Tributários	238	186	28,0%	663	-64,1%	901	272	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	18.945	5.519	>100,0%	16.035	18,1%	34.980	10.201	57,2%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	191.438	16.648	>100,0%	51.699	>100,0%	243.137	18.315	>100,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	21.061	28.593	-26,3%	17.146	22,8%	38.207	52.732	-67,5%
Ajuste MTM Dívida	48.737	10.502	>100,0%	13.860	>100,0%	62.597	61.655	-77,5%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	2.333	120	>100,0%	1.556	49,9%	3.889	338	>100,0%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	2.660	9.456	-71,9%	5.686	-53,2%	8.346	15.866	-64,2%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(3.478)	(3.149)	10,4%	(2.918)	19,2%	(6.396)	(6.228)	2,7%
Total - Receitas Financeiras	325.106	118.736	>100,0%	134.775	141,2%	459.881	258.847	77,7%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(152.361)	(49.377)	208,6%	(128.991)	18,1%	(281.352)	(91.327)	208,1%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	(67.725)	(73.505)	-21,5%	(39.833)	44,9%	(97.558)	(151.123)	-35,4%
Instrumentos Financeiros de hedge	(140.047)	(20.346)	>100,0%	(53.857)	>100,0%	(193.904)	(79.030)	>100,0%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(2.448)	(4.221)	-42,0%	(3.475)	-29,6%	(5.923)	(8.570)	-30,9%
Subvenções governamentais	(466)	(662)	-29,6%	(511)	-8,8%	(977)	(1.361)	-28,2%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(7.092)	(2.957)	>100,0%	(6.041)	17,4%	(13.133)	(5.164)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	(170)	4.716	<-100,0%	10.256	<-100,0%	10.086	5.788	74,3%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(21.683)	(7.538)	>100,0%	(10.092)	>100,0%	(31.775)	(15.357)	>100,0%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(36.787)	(16.379)	>100,0%	(28.205)	30,4%	(64.992)	(38.273)	69,8%
Atualização Acordo Eletrobras	(21.182)	(9.989)	>100,0%	(19.770)	7,1%	(40.952)	(17.652)	>100,0%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(148.488)	(117.182)	26,7%	(148.487)	0,0%	(296.975)	(234.364)	26,7%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(752)	(1.079)	-30,3%	(730)	3,0%	(1.482)	(2.140)	-30,7%
Outras Despesas Financeiras	(4.174)	(13.834)	-69,8%	(37.496)	-88,9%	(41.670)	(28.609)	45,7%
Total - Despesas Financeiras	(593.375)	(312.353)	90,0%	(467.232)	27,0%	(1.060.607)	(667.182)	59,0%
Variações Cambiais	1.442	1.292	11,6%	1.016	41,9%	2.458	973	>100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	(162.119)	164.806	<-100,0%	282.698	<-100,0%	120.579	66.232	82,1%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	162.113	(164.821)	<-100,0%	(282.697)	<-100,0%	(120.584)	(66.246)	82,0%
Outras Variações Cambiais	1.448	1.307	10,8%	1.015	42,7%	2.463	987	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(266.827)	(192.325)	38,7%	(331.441)	-19,5%	(598.268)	(407.362)	46,9%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 2T22 com uma despesa de R\$ 266,8 milhões, um aumento de R\$ 74,5 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento líquido de R\$ 176,2 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debêntures, empréstimos e mútuos, variação monetária + ajuste MTM dívida) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T22 comparado ao 2T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de receita no valor de R\$ 174,7 milhões na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

No acumulado do ano, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 598,3 milhões, um aumento de R\$ 190,9 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida de R\$ 264,9 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debêntures, empréstimos e mútuos, variação



Comentário do Desempenho

monetária + ajuste MTM dívida) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 8,46% (11,32% em 6M22 x 2,64% em 6M21), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;

- (ii) Redução de R\$ 50,8 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso, no 2T22 versus 2T21;
- (iii) Aumento de despesa de R\$ 62,6 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego;
- (iv) Aumento de despesa de R\$ 26,7 milhões na rubrica de atualização monetária de processos judiciais e outros devido ao aumento do valor provisionado em 6M22 versus o mesmo período no ano passado;
- (v) Aumento de despesa de R\$ 23,3 milhões na rubrica de atualização acordo Eletrobras devido ao pagamento da 4ª parcela em junho de 2022 referente ao acordo firmado com a Eletrobras;

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita (R\$ 224,8 milhões) na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4	(25.054)	<-100,0%	(103.246)	<-100,0%	(103.242)	(33.013)	>100,0%
Contribuição Social Diferida	(22.905)	(22.129)	3,5%	(16.960)	35,1%	(39.865)	(39.079)	2,0%
Imposto de Renda Diferido	(63.671)	(61.473)	3,6%	(47.112)	35,1%	(110.783)	(108.552)	2,1%
Total	(86.572)	(108.656)	-20,3%	(167.318)	-48,3%	(253.890)	(180.644)	40,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

No 2T22, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 86,6 milhões, uma redução de R\$ 22,1 milhões em relação ao 2T21, explicado pela exclusão na base de cálculo do montante de R\$ 100,0 milhões relacionado aos juros sobre capital próprios aprovados pelo Conselho da Companhia em junho de 2022.

No acumulado do ano, as despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de atingiram R\$ 253,9 milhões, alta de R\$ 73,3 milhões, ou alta de 40,5% frente ao mesmo período do ano anterior explicado principalmente pelo maior lucro tributável apurado no período.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.827.885	5.962.245	31,29%	7.622.255	2,70%	7.827.885	5.962.245	31%
(-) Disponibilidades	(974.855)	(975.291)	-0,04%	(1.364.640)	-28,56%	(974.855)	(975.291)	0%
Dívida Líquida	6.853.030	4.986.954	37,42%	6.257.615	9,52%	6.853.030	4.986.954	37%
EBITDA (3)	3.680.254	3.191.339	15,32%	3.544.447	3,83%	3.680.254	3.191.339	15%
Dívida Bruta/EBITDA	2,13	1,87	13,85%	2,15	-1,09%	2,13	1,87	13,85%
Dívida Líquida/EBITDA	1,86	1,56	19,16%	1,77	5,47%	1,86	1,56	19,16%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,82	0,66	24,27%	0,74	10,65%	0,82	0,66	24,27%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,80	0,62	29,23%	0,70	13,98%	0,80	0,62	29,23%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; Variação entre 6M22 e 6M21; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁴ da Companhia encerrou o 2T22 em R\$ 7.827 milhões, um aumento de R\$ 1.866 milhões em relação ao 2T21. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 3.257 milhões, sendo R\$ 900 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 1.375 milhões referentes a emissão da 26ª e 27ª emissão de debêntures, R\$ 325 milhões referentes à 7ª emissão de notas promissórias e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, somados às provisões de encargos de R\$ 656 milhões e variação monetária

⁴ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.



Comentário do Desempenho

no período no montante de R\$ 57 mil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de (R\$ 2.193) milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 169 milhões e registrou custos de transação das operações vigentes, líquido das apropriações do período, no montante de (R\$ 22 milhões).

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com o banco Citibank realizada em outubro/2021 no montante de R\$ 323 milhões; a liquidação da 1ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 704 milhões realizada em setembro/2021; e a liquidação dos mútuos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 657 milhões realizada em maio e junho de 2022. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª, 24ª, 25ª e 26ª) no montante de R\$ 189 milhões.

A Companhia encerrou o 2T22 com o custo médio da dívida no ano em 12,60% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de junho de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e por meio do Despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 2T22, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª) e na 7ª emissão de notas promissórias.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	2T22
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.827.885
Fundo de Pensão	(637.662)
(-) Disponibilidades	(974.855)
Dívida Líquida	6.215.368
EBITDA (1) (12 meses)	3.680.254
(+)PDD	783.160
(+)Contingências	69.403
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	6.571
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	16.409
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	4.555.797
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(22.298)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(16.409)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	4.517.090

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

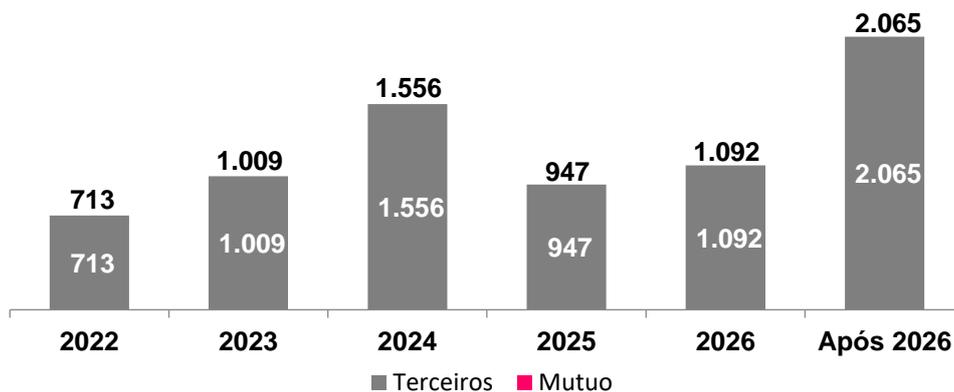
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture e 7ª NP	1,36
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,38

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁵

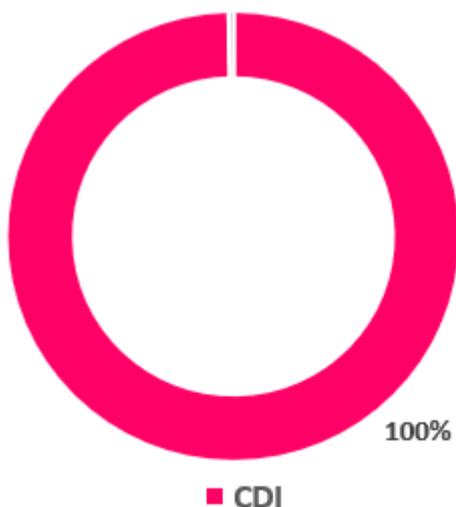
⁵ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.



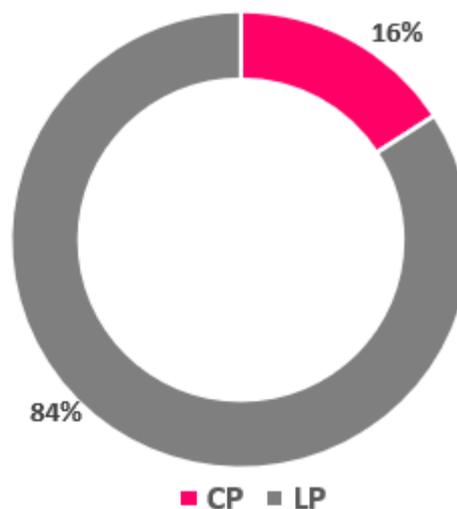
Comentário do Desempenho



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁶



Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo⁷



Classificação de Riscos (Rating)⁸

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
Moody's	Aaa	Estável	

Últimas atualizações: Fitch Set/2021 – Moody's Set/2020

⁶ Não considera previdência..

⁷ Não considera previdência..

⁸ Quadro considera ratings válidos em 31 de março de 2022



Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Manutenção	213.151	180.111	18,3%	202.373	5,3%	415.523	313.830	32,4%
Crescimento	122.227	112.374	8,8%	66.658	83,4%	188.885	182.435	3,5%
Novas Conexões	110.775	61.180	81,1%	72.234	53,4%	183.010	105.129	74,1%
Financiado pela Companhia	446.153	353.665	26,2%	341.265	30,7%	787.418	601.394	30,9%
Financiado pelo Cliente	14.842	10.726	38,4%	15.291	-2,9%	30.132	16.038	87,9%
Total	460.994	364.391	26,5%	356.555	29,3%	817.550	617.432	32,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 (2) Variação entre 6M22 e 6M21

No 2T22, a Companhia investiu R\$ 461,0 milhões, montante 26,5% superior ao registrado no 2T21, alocados, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências, crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema e novas conexões.

Do total investido, R\$ 446,1 milhões foram realizados com recursos próprios, dos quais quase 50% correspondem à investimentos em manutenção visando a melhoria da qualidade do sistema. Comparando com o mesmo período do ano passado, destaca-se o crescimento de 81,1% dos investimentos em novas conexões, a fim de atender o crescimento vegetativo na área de concessão da Enel São Paulo.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 817,5 milhões, montante 32,4% superior ao investido no mesmo período do ano anterior. A maior variação foi observada no investimento em novas conexões, em um montante 74,1% superior ao registrado no 6M21. Do total investido, R\$ 787,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 30,1 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

5 OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 28 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	5,63%
Energia Comprada	2,04%
Encargos de Transmissão	2,03%
Parcela A	9,69%
Parcela B	3,76%
Reajuste Econômico	13,45%
CVA Total	8,74%
Conta Escassez Hídrica	-2,82%
Excedente do fundo de Itaipu	-1,26%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,87%
Reajuste Financeiro	-3,17%
Reajuste Total	10,28%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	1,76%



Comentário do Desempenho

Efeito para o consumidor	12,04%
---------------------------------	---------------

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 13,9%, representando 9,69% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 4.663 milhões. Um aumento de 28,8%, representando 5,63% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 106,5% do encargo de Serviço do Sistema (ESS); Energia Comprada: R\$ 7.881 milhões. O aumento de 5% decorre principalmente do aumento dos custos dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 2,04% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.160 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 21%, correspondendo a um efeito de 2,03% no reajuste econômico. Destaca-se as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 12,4%, representando uma participação de 3,76% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 10,75%, no período de 12 meses findos em junho de 2022; e
- Fator X de -1,66%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica ("5RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,35%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 592,4 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.631 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), sobrecontratação de -R\$ 4,1 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 654,5 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à Conta Escassez Hídrica de -R\$ 526,1 milhões, um valor de Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de -R\$ 1.625 milhões e um excedente do fundo de Itaipu de -R\$ 235,2 milhões.

O reajuste tarifário médio de +12,04% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	18,03%
Baixa Tensão	10,15%
Efeito Médio	12,04%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:



Comentário do Desempenho

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 29,89/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 65/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 97,95/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em mai21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuaram a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de set21 a abr22, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e esta é a vigente até o momento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70					
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												



Comentário do Desempenho

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A Resolução nº 952/2021 definiu a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 14.513, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de



Comentário do Desempenho

fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.



Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93
Formulário de Informações Trimestrais
30 de junho de 2022

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	969.995	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	4	4.860	2.968
Consumidores, revendedores e outros	5	2.843.095	3.293.518
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	43.920	57.434
Outros tributos compensáveis	8	1.222.436	989.823
Contas a receber - acordos	6	520.876	487.729
Ativo financeiro setorial	11	2.766.385	2.135.322
Créditos a receber - subvenção e outros		2.486	287.409
Outros créditos		302.664	288.782
Almoxarifado		25.527	24.319
Serviços em curso		404.696	363.098
Despesas pagas antecipadamente		69.911	68.176
Total do ativo circulante		9.176.851	9.110.880
<u>Ativo não circulante</u>			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.868	23.868
Ativo financeiro setorial	11	511.323	1.313.557
Instrumentos financeiros derivativos	31	109.826	125.116
Outros tributos compensáveis	8	4.506.956	5.208.206
Tributos diferidos	9	4.512.640	4.508.956
Depósitos vinculados	17	877.175	851.972
Contas a receber - acordos	6	14.425	16.918
Outros créditos		62.924	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	1.194.912	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10.2	6.919.418	6.317.532
Investimento		41.250	34.936
Imobilizado arrendado	15	199.882	263.349
Intangível	10.3	3.798.001	3.824.864
Total do ativo não circulante		22.772.600	23.602.073
Total do ativo		31.949.451	32.712.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	12	2.221.823	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	14	363.318	44.048
Debêntures	14	799.079	761.480
Obrigações por arrendamentos	15	54.373	50.327
Subvenções governamentais		1.319	1.756
Outros tributos a pagar	13	579.622	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		407.000	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		121.895	118.882
Encargos setoriais	18	560.961	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	10.871	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	331.052	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	224.473	186.090
Reserva de reversão		7.343	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	31	79.770	40.459
Outras obrigações		484.709	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.040.868	814.140
Passivo financeiro setorial	11	1.121.428	1.179.784
Total do passivo circulante		8.409.904	9.020.280
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	14	2.050.953	2.496.323
Debêntures	14	4.412.784	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	15	163.479	229.735
Subvenções governamentais		364	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.808.111	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	54.172	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	911.005	894.545
Encargos setoriais	18	108.963	102.319
Reserva de reversão		25.699	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	31	231.809	44.224
Outras obrigações		120.100	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.251.421	6.326.144
Passivo financeiro setorial	11	676.141	485.355
Total do passivo não circulante		21.815.001	21.314.369
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	(4.344.684)	(4.037.195)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	870.778
Lucro do período		524.509	-
Total do patrimônio líquido		1.724.546	2.378.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.949.451	32.712.953

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receita líquida	23	4.294.149	8.861.412	4.311.189	8.643.642
Custo do serviço	24	(3.432.296)	(6.949.969)	(3.665.249)	(7.409.398)
Lucro bruto		861.853	1.911.443	645.940	1.234.244
Receitas (Despesas) operacionais					
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(146.607)	(265.018)	(43.923)	(154.631)
Despesas gerais e administrativas	24	(150.163)	(301.416)	(118.394)	(226.359)
Outras receitas e despesas operacionais	24	53.377	99.378	27.564	81.495
Total despesas operacionais		(243.393)	(467.056)	(134.753)	(299.495)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		618.460	1.444.387	511.187	934.749
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	325.106	459.881	118.736	258.847
Despesas financeiras	27	(593.375)	(1.060.607)	(312.353)	(667.182)
Variações cambiais, líquidas	27	1.442	2.458	1.292	973
Total do resultado financeiro		(266.827)	(598.268)	(192.325)	(407.362)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		351.633	846.119	318.862	527.387
Imposto de renda e contribuição social					
Contribuição social	28	1	(27.848)	(6.806)	(8.966)
Imposto de renda	28	3	(75.394)	(18.248)	(24.047)
Contribuição social diferida	9.4/28	(22.905)	(39.865)	(22.129)	(39.079)
Imposto de renda diferido	9.4/28	(63.671)	(110.783)	(61.473)	(108.552)
Total dos tributos sobre o lucro		(86.572)	(253.890)	(108.656)	(180.644)
Lucro líquido do período		265.061	592.229	210.206	346.743
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	1,34231	2,99913	1,06451	1,75595

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Lucro líquido do período	265.061	592.229	210.206	346.743
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(323.026)	(323.026)	1.436.450	1.436.450
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	4.817	4.817	10.548	10.548
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	108.191	108.191	(491.980)	(491.980)
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(44.432)	(98.773)	25.656	14.189
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.107	33.582	(8.724)	(4.825)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos	25.718	317.020	1.182.156	1.311.125

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	346.743	346.743
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	1.446.998	-	-	-	-	1.446.998
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(491.980)	-	-	-	-	(491.980)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	14.189	-	-	-	-	14.189
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(4.825)	-	-	-	-	(4.825)
Transações com os acionistas:									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(759.823)	-	(759.823)
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(50.993)	-	-	-	50.993	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	17.338	-	-	-	(17.338)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(2.845.916)	196.766	-	-	380.398	3.079.203
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	592.229	592.229
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(318.209)	-	-	-	-	(318.209)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	108.191	-	-	-	-	108.191
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(98.773)	-	-	-	-	(98.773)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	33.582	-	-	-	-	33.582
Transações com os acionistas:									
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(48.908)	-	-	-	48.908	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	16.628	-	-	-	(16.628)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.344.684)	196.766	-	-	524.509	1.724.546

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	592.229	346.743
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	382.273	344.413
Variações monetárias	(8.003)	(9.111)
Variações cambiais - instrumento derivativo	120.584	66.246
Atualização do ativo financeiro da concessão	(338.453)	(203.658)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	179.690	23.584
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	85.879	131.545
Provisões para processos judiciais e outros riscos	49.949	131.408
Atualização Acordo Eletrobras	40.952	17.652
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	220.946	116.335
Juros sobre obrigações de arrendamento	5.923	8.570
Juros sobre operação com instrumento derivativo	155.170	5.113
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	81.875	61.881
Benefícios pós-emprego	299.938	237.913
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(143)	(577)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	21.868	26.462
Tributos e contribuições sociais diferidos	150.648	147.631
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	245.273	(183.626)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(20.061)	532
Outros tributos compensáveis	468.637	142.274
Almoxarifado	(1.208)	21.929
Serviços em curso	(41.598)	(44.129)
Contas a receber - acordos	(77.590)	(8.760)
Despesas pagas antecipadamente	(1.735)	(23.211)
Outros créditos	(21.560)	(93.489)
Créditos a receber - subvenção e outros	284.923	-
Ativo financeiro setorial	171.171	(337.922)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(894.881)	(417.213)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(15.000)	23.043
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	152.005	196.178
Outros tributos a pagar	5.267	(42.146)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.013	(6.016)
Encargos setoriais	80.912	48.351
Passivo financeiro setorial	132.430	(221.346)
Outras obrigações	(182.606)	21.825
	2.328.717	528.424
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(210.181)	(37.775)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(6.966)	(8.570)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(116.720)	1.657
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(22.088)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(465.671)	(402.875)
Pagamento de processos judiciais e outros	(72.674)	(92.254)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(394.650)	(361.112)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(3)	(783)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.061.852	(395.376)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(807.543)	(611.644)
Consumidores participação financeira	84.490	58.943
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.644)	(34.065)
Enel Sudeste - Incorporação - Ágio	-	-
Resgates de investimento de curto prazo	(141)	35.251
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(60.791)	(15.924)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(6.101)	21.509
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(791.730)	(545.930)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.457.325	2.269.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(674.642)	(2.021.208)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(46.449)	(27.655)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	108.147
Pagamento de obrigações por arrendamento	(23.769)	(32.943)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.124.894)	(513.137)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(412.429)	(217.796)
Varição no caixa líquido da Companhia	(142.307)	(1.159.102)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	2.095.811
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	969.995	936.709
	(142.307)	(1.159.102)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
1. Receitas	15.345.363	13.173.168
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	15.610.381	13.327.799
Fornecimento de energia elétrica	7.068.839	5.150.325
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	6.113.302	6.095.077
Outras receitas	1.672.611	1.442.698
Receita relativa à construção de ativos próprios	755.629	639.699
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(265.018)	(154.631)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(6.918.595)	(7.302.813)
Materiais	(321.666)	(343.971)
Outros custos operacionais	(21.193)	(50.488)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.692.784)	(6.216.108)
Serviços de terceiros	(882.952)	(692.246)
3. Valor adicionado bruto	8.426.768	5.870.355
4. Retenções	(389.432)	(344.413)
Depreciação e amortização	(389.432)	(344.413)
5. Valos adicionado líquido produzido pela entidade	8.037.336	5.525.942
6. Valor adicionado recebido em transferência	459.881	258.847
Receitas financeiras	459.881	258.847
7. Valor adicionado total a distribuir	8.497.217	5.784.789
8. Distribuição do valor adicionado	8.497.217	5.784.789
Empregados (Colaboradores)	289.015	412.404
Salários e encargos	194.394	293.873
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	1.732	20.539
Benefícios	76.776	83.202
FGTS	16.113	14.790
Tributos (Governo)	6.550.185	4.351.315
Federais	890.976	564.522
Imposto de renda e contribuição social	253.890	180.644
COFINS	421.198	274.084
PIS	159.971	59.430
INSS	36.754	33.957
Encargos sociais - Outros	19.163	16.407
Estaduais	2.478.273	2.080.092
ICMS	2.473.052	2.075.635
Outros	5.221	4.457
Municipais	22.480	17.737
ISS	181	73
IPTU	22.036	17.628
Outros	263	36
Encargos setoriais	3.158.456	1.688.964
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.878.221	1.183.040
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	77.125	77.537
Encargos do consumidor - PROINFA	61.081	48.941
Encargos do consumidor - CCRBT	1.127.856	369.492
Taxa de fiscalização - ANEEL	14.173	9.954
Remuneração de capitais de terceiros	1.065.788	674.327
Juros	1.058.149	666.955
Aluguéis	7.639	7.372
Remuneração de capitais próprios	592.229	346.743
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(32.280)	(33.655)
Lucros retidos	624.509	380.398

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640.

O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 11.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434.461, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 11. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2022.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 29 de junho de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2021, aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% sendo de 3,67%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 11,38%, em média, para os consumidores na BT.

Vale destacar os componentes financeiros negativos relativos à PIS/Cofins no valor de R\$ 1.624.000, Reversão do Risco Hidrológico no valor de R\$ 853.400, Conta Escassez Hídrica no valor de R\$ 526.100 e Bônus de ITAIPU no valor de R\$ 235.200. Vide nota explicativa nº 34, contendo informações sobre eventos subsequentes, em que detalhamos a revisão tarifária que vigora a partir de 4 de julho de 2022.

b) Bandeiras tarifárias

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde o dia 1 de abril de 2022 a bandeira tarifária vigente é a verde.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de fevereiro de 2022, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Numerário disponível		12.189	11.459
Numerário em trânsito	4.1	129.705	133.696
CDB-DI		828.101	967.147
Total		969.995	1.112.302
Investimentos de curto prazo			
CDB-DI		4.860	2.968
Total		4.860	2.968
Total geral		974.855	1.115.270

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de junho de 2022, cujos montantes foram inferiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2021.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	Nota	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	30.06.2022
		até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		490.891	450.747	78.630	179.420	295.874	950.459	2.446.021	(1.232.724)	1.213.297
Industrial		42.156	21.831	1.294	4.758	6.787	59.793	136.619	(53.662)	82.957
Comercial		201.586	55.279	7.065	18.136	22.496	92.756	397.318	(108.087)	289.231
Rural		253	120	12	30	70	202	687	(127)	560
Poderes Públicos		46.570	5.609	670	1.175	896	1.965	56.885	(1.252)	55.633
Iluminação pública		9.155	19.353	12.402	19.181	198	77	60.366	(148)	60.218
Serviço público		27.092	59	46	6	76	(4)	27.275	(645)	26.630
Serviço cobráveis		453	666	117	185	9	5	1.435	(189)	1.246
Encargos de uso da rede		3.331	-	-	-	72	113	3.516	-	3.516
Receita não faturada		1.077.620	-	-	-	-	-	1.077.620	(8.388)	1.069.232
Particip. Financeira - Consumidor		83	2.596	17	4.120	99	198	7.113	-	7.113
Concessionárias e permissionárias:										
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	29	2.270	-	-	-	-	-	2.270	-	2.270
Ressarcimento - leilões de energia		31.192	-	-	-	-	-	31.192	-	31.192
Total - Circulante		1.932.652	556.260	100.253	227.011	326.577	1.105.564	4.248.317	(1.405.222)	2.843.095
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - circulante + não circulante		1.932.652	556.260	100.253	227.011	326.577	1.129.644	4.272.397	(1.405.434)	2.866.963

	Nota	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2021
		até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		557.075	555.689	77.560	163.555	226.564	853.262	2.433.705	(1.103.912)	1.329.793
Industrial		58.030	31.694	1.993	3.757	6.729	52.554	154.757	(54.174)	100.583
Comercial		276.073	74.843	6.578	13.237	18.658	85.116	474.505	(103.103)	371.402
Rural		275	143	23	55	61	156	713	(234)	479
Poderes Públicos		56.174	3.511	500	1.150	555	2.128	64.018	(1.233)	62.785
Iluminação pública		20.660	469	133	334	349	121	22.066	(309)	21.757
Serviço público		35.048	-	246	47	58	29	35.428	(253)	35.175
Serviço cobráveis		86	224	135	272	3	5	725	(277)	448
Encargos de uso da rede		3.779	-	-	72	-	113	3.964	-	3.964
Receita não faturada		1.224.820	-	-	-	-	-	1.224.820	(12.513)	1.212.307
Particip. Financeira - Consumidor		1.584	201	45	152	160	198	2.340	-	2.340
Concessionárias e permissionárias:										
Energia no curto prazo - CCEE		115.990	-	-	-	-	-	115.990	-	115.990
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	29	21.282	-	-	-	-	-	21.282	-	21.282
Ressarcimento - leilões de energia		15.213	-	-	-	-	-	15.213	-	15.213
Total - Circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	993.682	4.569.526	(1.276.008)	3.293.518
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.079	24,079	(211)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.079	24,079	(211)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	1.017.761	4.593.605	(1.276.219)	3.317.386

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Circulante			
Consumidores		937.765	870.539
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(416.889)	(382.810)
Saldo líquido de PECLD		520.876	487.729
Não circulante			
Consumidores		21.024	23.667
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(6.599)	(6.749)
Saldo líquido de PECLD		14.425	16.918
Total circulante + não circulante		535.301	504.647

O aumento do saldo se deve principalmente à deterioração do poder de consumo e pagamento da população, a Companhia continua com a adoção medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 30.06.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	365.093	94.205	499.491	958.789
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(33.972)	(32.215)	(357.301)	(423.488)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	331.121	61.990	142.190	535.301

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 31.12.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	362.775	96.237	435.194	894.206
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.842)	(30.348)	(316.369)	(389.559)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	319.933	65.889	118.825	504.647

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 30.06.2022
Consumidores	5	(1.276.219)	(205.150)	75.935	(1.405.434)
Contas a receber - acordos	6	(389.559)	(46.936)	13.007	(423.488)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(13.202)	271	(17.565)
Outros créditos		(5.390)	(281)	-	(5.671)
Total		(1.675.802)	(265.569)	89.213	(1.852.158)
Circulante		(1.668.841)			(1.845.348)
Não circulante		(6.961)			(6.810)
Total		(1.675.802)			(1.852.158)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 30.06.2021
Consumidores	5	(955.913)	(101.443)	120.566	(936.790)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(54.922)	14.671	(320.312)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	2.030	670	(4.770)
Outros créditos		(4.464)	(794)	-	(5.258)
Total		(1.247.908)	(155.129)	135.907	(1.267.130)
Circulante		(1.244.749)			(1.260.822)
Não circulante		(3.159)			(6.308)
Total		(1.247.908)			(1.267.130)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2022	30.06.2021
Provisão	(265.569)	(155.129)
Receita com recuperação de perdas	551	498
	(265.018)	(154.631)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	30.06.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>			
Contribuição social		-	12.587
Imposto de renda		43.920	24.206
Imposto de renda retido na fonte		-	20.641
Total		43.920	57.434
<u>Outros tributos compensáveis</u>			
<u>Circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	1.040.868	814.140
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		112.293	103.685
ICMS - Compra de créditos		23.322	30.945
COFINS		37.134	33.122
PIS		8.736	7.847
INSS		83	84
Total		1.222.436	989.823
<u>Não circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	4.407.559	5.117.610
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		99.397	90.596
Total		4.506.956	5.208.206
Total circulante + não circulante		5.729.392	6.198.029

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	30.06.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.611.131	2.571.618
Benefício fiscal das incorporações	1.901.509	1.937.338
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	4.512.640	4.508.956

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.141.434	2.090.193	(56.950)	(94.175)	108.189	(488.393)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	322.984	306.523	16.461	3.351	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	975.356	886.546	88.810	(3.176)	-	-
Provisão para materiais e serviços	75.977	64.814	11.163	22.669	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	866.727	828.002	38.725	(25.099)	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(41.387)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	42.149	45.662	(3.513)	(3.513)	-	-
Provisão para o fundo de transição	-	-	-	23.592	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à	45.575	47.515	(1.940)	1.141	-	(3.587)
Arrendamento mercantil CPC 06	5.525	4.228	1.297	4.415	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge	-	-	-	-	-	(4.825)
Outros	60.461	32.011	(5.134)	12.932	33.584	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.536.188	4.305.494	88.919	(99.250)	141.773	(496.805)
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(332.473)	(349.103)	16.628	17.338	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(697.771)	(582.698)	(115.073)	(69.243)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(58.631)	(48.409)	(10.222)	(1.383)	-	-
Swap	(14.270)	(23.364)	9.094	40.900	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(796.916)	(705.913)	(91.004)	-	-	-
Outros	(24.996)	(24.390)	(604)	(164)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(1.925.057)	(1.733.877)	(191.181)	(12.552)	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	2.611.131	2.571.618	(102.262)	(111.802)	141.773	(496.805)
Juros mora (a)	-	-	(12.576)	-	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações			(35.810)	(35.829)		
Total despesa imposto de renda e contribuição			(150.648)	(147.631)		

(a) O imposto de renda e contribuição social diferido do semestre findo em 30 de junho de 2022, nos montantes de R\$ 12.576 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios e por ajustes de exercícios anteriores, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.06.2022			31.12.2021
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(246.577)	162.741	(83.836)	(76.215)
Subtotal	268.993	(177.534)	91.459	99.080
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(147.332)	97.239	(50.093)	(45.539)
Subtotal	160.726	(106.080)	54.646	59.200
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.559
Amortização acumulada	(366.127)	239.973	(126.154)	(102.501)
Subtotal	5.784.190	(4.028.786)	1.755.404	1.779.058
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.213.909	(4.312.400)	1.901.509	1.937.338

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.06.2022	30.06.2021
Saldo inicial	4.508.956	4.664.880
Impacto no resultado do exercício	(150.648)	(147.631)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	141.773	(496.805)
Saldo final	4.500.081	4.020.444

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Ativo contratual	10.1	1.194.912	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10.2	6.919.418	6.317.532
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.798.001	3.824.864
Total dos contratos de concessão público - privado		11.912.331	11.193.175

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 2,34% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2022 (13,36% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		698.642	(58.943)	639.699
Transferências para intangível da concessão	10.3	(170.640)	6.484	(164.156)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(182.832)	17.203	(165.629)
Saldos em 30 de junho de 2021		1.033.085	(177.430)	855.655
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.242.961	(192.182)	1.050.779
Adições		840.119	(84.490)	755.629
Transferências para intangível da concessão	10.3	(340.914)	7.038	(333.876)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(300.334)	22.714	(277.620)
Saldos em 30 de junho de 2022		1.441.832	(246.920)	1.194.912

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2022	30.06.2021
Saldo inicial		6.317.532	5.247.418
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	277.621	165.629
Baixas	26	(14.188)	(8.434)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	338.453	203.658
Saldo final		6.919.418	5.608.271

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.06.2022	31.12.2021
Ativo intangível - custo	8.532.005	8.255.932
Amortização acumulada	(4.734.004)	(4.431.068)
Total do ativo intangível da concessão	3.798.001	3.824.864

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições	1.578	-	1.578	(349.956)	(348.378)
Baixas	(60.592)	-	(60.592)	48.878	(11.714)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	31.647	31.647
Transferências do ativo contratual	10.1	(6.484)	164.156	-	164.156
Saldos em 30 de junho de 2021	9.084.392	(963.858)	8.120.534	(4.325.224)	3.795.310
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições	9.459	-	9.459	(389.320)	(379.861)
Baixas	(67.261)	-	(67.262)	53.268	(13.994)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	33.116	33.116
Transferências do ativo contratual	10.1	(7.039)	333.876	-	333.876
Saldos em 30 de junho de 2022	9.516.762	(984.757)	8.532.005	(4.734.004)	3.798.001

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2021	Diferimentos	Amortização	Recebimento Escassez Hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 30.06.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo		
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Ativos e passivos financeiros setoriais															
CVA Ativa e Passiva	2.352.146	814.375	(664.695)	-	(999.597)	108.408	-	1.610.637	(116.282)	1.726.919	1.773.040	267.486	(31.191)	(398.698)	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	779.036	241.719	-	-	-	41.061	(900.409)	161.407	161.407	-	-	161.407	-	-	
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	14.558	95.860	(13.592)	-	-	3.819	-	100.645	-	100.645	100.645	-	-	-	
Transporte de energia pela rede básica	65.251	65.946	(1.164)	-	-	3.494	-	133.527	21.159	112.368	112.368	21.159	-	-	
Transporte de energia elétrica - Itaipu	33.913	13.996	(14.175)	-	-	1.585	-	35.319	5.647	29.672	29.672	5.647	-	-	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(89.233)	510.547	(24.035)	-	-	12.638	-	409.917	79.273	330.644	330.644	79.273	-	-	
Custos de Aquisição de Energia	562.725	(512.662)	(604.285)	-	-	167.916	900.409	524.217	(247.558)	771.775	817.896	-	(31.191)	(262.488)	
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	985.896	398.969	(7.444)	-	(1.167.513)	35.697	-	245.605	(136.210)	381.815	381.815	-	-	(136.210)	
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(568.406)	713.575	340.507	(521.434)	(55.266)	(39.474)	-	(130.498)	(52.998)	(77.500)	993.345	243.837	(1.090.237)	(277.443)	
Neutralidade da Parcela A	12.679	(13.674)	11.796	-	-	4.885	-	15.686	-	15.686	15.876	-	(190)	-	
Sobrecontratação de energia	112.729	189.519	(106.798)	-	(35.874)	(1.144)	-	158.432	161.708	(3.276)	807	161.707	(4.082)	-	
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(109.272)	-	36.424	-	-	-	-	(72.848)	-	(72.848)	-	-	(72.848)	-	
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(209.796)	(40.744)	-	-	-	(12.739)	-	(263.279)	(263.279)	-	-	-	-	(263.279)	
Risco hidrológico	(797.339)	(410.920)	386.741	-	-	(31.763)	-	(853.281)	-	(853.281)	-	-	(853.281)	-	
Antecipação da parcela B	140.000	140.000	-	-	-	24.335	-	304.335	-	304.335	304.335	-	-	-	
Bandeira escassez hídrica	-	-	-	-	-	-	-	-	(521.434)	-	(521.434)	-	-	-	
Outros	282.593	849.394	12.344	(521.434)	(19.392)	(23.048)	-	580.457	570.007	531.884	1.193.761	82.130	(159.836)	(14.164)	
Total	1.783.740	1.527.950	(324.188)	(521.434)	(1.054.863)	68.934	-	1.480.139	(169.280)	1.649.419	2.766.385	511.323	(1.121.428)	(676.141)	

11.1 A redução no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a redução da taxa de câmbio (dólar médio), que no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 5,03, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

11.2 O diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a maior geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com a redução do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças) e manutenção da bandeira escassez hídrica até 15/abril.

11.3 O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período e contabilização do bônus de redução de consumo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2020	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 30.06.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
CVA Ativa e Passiva	872.776	1.025.187	(596)	(445.902)	23.436	(401)	1.474.500	156.866	1.317.634	1.317.633	364.029	(19.016)	(188.146)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	891.362	498.987	-	-	12.702	(1.180.187)	222.864	222.864	-	-	251.733	-	(28.869)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	(4.770)	27.158	(4.601)	-	452	7.941	26.180	-	26.180	26.180	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	(16.553)	13.544	5.554	-	1.064	-	3.609	660	2.949	2.949	660	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.710	13.168	4.581	-	554	-	33.013	4.683	28.330	28.330	4.683	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	38.850	(44.523)	-	2.639	(8.783)	24.698	(20.719)	45.417	45.417	-	-	(20.719)
Custos de Aquisição de Energia	(185.821)	222.532	69.220	(226.691)	10.238	1.180.628	1.070.106	(130.673)	1.200.779	1.200.778	26.902	(19.016)	(138.558)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	137.333	210.948	(30.827)	(219.211)	(4.213)	-	94.030	80.051	13.979	13.979	80.051	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(849.885)	(333.464)	296.967	-	(6.360)	401	(892.341)	(168.847)	(723.494)	216.694	26.954	(867.340)	(268.649)
Neutralidade da Parcela A	44.619	(9.784)	(57.484)	-	(19)	401	(22.267)	-	(22.267)	-	-	(22.267)	-
Sobrecontratação de energia	106.709	68.519	61.786	-	2.539	-	239.553	26.954	212.599	212.599	26.954	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(182.119)	-	36.424	-	-	-	(145.695)	-	(145.695)	-	-	(72.847)	(72.848)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(131.769)	(35.578)	-	-	(1.989)	-	(169.336)	(169.336)	-	-	-	-	(169.336)
Risco hidrológico	(681.469)	(379.101)	295.197	-	(6.853)	-	(772.226)	-	(772.226)	-	-	(772.226)	-
Outros	(5.856)	22.480	(38.956)	-	(38)	-	(22.370)	(26.465)	4.095	4.095	-	-	(26.465)
Total	22.891	691.723	296.371	(445.902)	17.076	-	582.159	(11.981)	594.140	1.534.327	390.983	(886.356)	(456.795)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Circulante			
Itaipu		214.805	610.796
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		73.612	-
Suprimento de energia elétrica		808.280	773.827
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.682	4.004
Energia livre		68.639	65.121
Encargos de uso de rede elétrica		240.365	809.953
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.390	1.255
Total energia		1.410.773	2.264.956
Materiais e serviços		633.368	689.134
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	177.682	120.579
Total Fornecedores		2.221.823	3.074.669

13. Outros tributos a pagar

	30.06.2022	31.12.2021
Circulante		
Tributos Federais		
PIS	29.858	13.420
COFINS	139.394	62.221
INSS	21.899	11.885
IRRF	15.980	4.876
Outros	6.113	6.669
Subtotal - Federais	213.244	99.071
Tributos Estaduais		
ICMS	363.576	506.140
Subtotal - Estaduais	363.576	506.140
Tributos Municipais		
ISS	2.802	3.623
Subtotal - Municipais	2.802	3.623
Total - Outros tributos a pagar	579.622	608.834

14. Empréstimos, financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série), 25ª emissão, 27ª emissão e o contrato na modalidade de 4131 BNP IV que são registradas pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Venci-mento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional		132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
Moeda estrangeira									
2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira		11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos		11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Debêntures:									
2023	112,85% do CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
2025	100% do CDI+1,16% a.a.	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
2026	100% do IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
2031	100% do IPCA+4,26%	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
2028	100% do CDI+1,64% a.a.	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total - Debêntures		65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786
Notas Promissórias									
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias		394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida		77.079	730.845	(2.396)	805.528	6.121.768	(49.140)	6.072.628	6.878.156

Venci-mento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional		132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
Moeda estrangeira									
2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira		11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos		11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Debêntures:									
2023	112,85% do CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
2025	100% do CDI+1,16% a.a.	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
2026	100% do IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
2031	100% do IPCA+4,26%	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
2028	100% do CDI+1,64% a.a.	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total - Debêntures		65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786
Notas Promissórias									
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias		394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida		77.079	730.845	(2.396)	805.528	6.121.768	(49.140)	6.072.628	6.878.156

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão, 27ª emissão e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 31.1.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 33.166, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 0,65%a.a.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO	R\$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666,40 266.666,40 266.667,20	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 05 de abril de 2022 a Companhia fechou a proposta da 27ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de 800.000, com desembolso em 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 6,1385% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 6,1385% a.a. para CDI + 0,82% a.a. O swap tem vigência com início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 10.000	06/10/2021	CDI + 0,97%	Bullet	Bullet	abril de 2022	Reforço de capital de giro
b.2	Enel BR I	R\$ 101.160	05/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
b.3	Enel BR II	R\$ 121.367	10/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
b.4	Enel BR III	R\$ 80.841	31/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
b.5	Enel BR IV	R\$ 353.957	04/03/2022	CDI +1,20%	Bullet	Bullet	junho de 2022	Reforço de capital de giro

b.1 Em 06 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 7ª emissão de notas promissórias em três séries, no montante de R\$ 325.000, a uma taxa de CDI + 0,97% a.a. O vencimento da primeira série no montante de R\$ 10.000 ocorreu em 06 de abril de 2022.

b.2 Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 101.160 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a., porém em 12 de maio de 2022, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a Enel Brasil com o objetivo de reduzir seu custo financeiro.

b.3 Em 10 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 121.367 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a., porém em 12 de maio de 2022, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reduzir seu custo financeiro.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.4 Em 31 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 80.841 com vencimento em 11 de julho de 2022 a uma taxa de CDI + 1,48% a.a., porém em 12 de maio de 2022, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reduzir seu custo financeiro.

b.5 (a.4) Em 04 de março de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 353.957 com vencimento em 31 de agosto de 2022 a uma taxa de CDI + 1,20% a.a., porém em 01 de junho de 2022, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reduzir seu custo financeiro.

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em períodos anteriores e vigentes em 30 de junho de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 350.000 R\$ 800.000	maio de 2025 maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a Mensal)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de
	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 41.448	novembro de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	
c.4	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
c.5	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
c.6	DEBENTURES - 25ª EMISSÃO	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	R\$ 245.060 R\$ 245.059 R\$ 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
c.7	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Mai de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
c.8	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
c.9	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
c.10	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
c.11	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
c.12	DEBENTURES - 26ª EMISSÃO	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	R\$ 287.500 R\$ 287.500	outubro de 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro
c.13	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R\$ 10.000 R\$ 305.000	outubro de 2022 abril de 2023	Reforço de capital de giro

c.1 Em 28 de junho de 2019 ocorreu a 24ª emissão de debêntures simples, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos no valor de 1.500.000, com desembolso em 28 de junho de 2019, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 15 de maio de 2026. Para a 2ª série, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,0134% a.a. para CDI + 0,72% a.a. O swap tem vigência com início em 26 de junho de 2019 e vencimento em 15 de maio de 2026.

c.2 Em 13 de setembro de 2018 ocorreu a 23ª emissão de debêntures simples, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos no valor de 1.395.948, com desembolso em 13 de setembro de 2018, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 13 de setembro de 2023.

c.3 Em 14 de outubro de 2014 foi contratado um empréstimo junto ao FINEP no valor de 96.749 com pagamento de juros e principal mensais à partir de 15 de abril de 2017 e vencimento em 15 de abril de 2024.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.4 Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.5 Em 14 de abril de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 83.626, correspondente ao valor de 475.000 com desembolso em 19 de abril de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,97%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 0,98% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.6 Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

c.7 Em 15 de maio de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$39.433, correspondente ao valor de R\$ 209.000 com desembolso em 17 de maio de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,31%a.a. e vencimento final em 20 de maio de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.8 Em 24 de junho de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda interna com o BNP Paribas no valor de R\$ 290.000 com desembolso em 30 de junho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 8,41%a.a. e vencimento final em 28 de junho de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "taxa fixa" para CDI + 0,68% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.9 Em 19 de agosto de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$55.684, correspondente ao valor de R\$ 300.000 com desembolso em 27 de agosto de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,61%a.a. e vencimento final em 27 de agosto de 2026. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,63% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.10 Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o MUFG no valor de US\$ 38.674, correspondente ao valor de R\$ 200.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,95%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,28% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.11 Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 77.071, correspondente ao valor de R\$ 400.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,37%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap),

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,39% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

c.12 Em 04 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 26ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 575.000, a uma taxa de CDI + 1,64% a.a. e vencimento em 04 de outubro de 2028.

c.13 Em 06 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 7ª emissão de notas promissórias em três séries, no montante de R\$ 325.000, a uma taxa de CDI + 0,97% a.a. O vencimento da primeira série no montante de R\$ 10.000 ocorreu em 06 de abril de 2022, a segunda série no montante de R\$ 10.000 ocorrerá em 06 de outubro de 2023 e a terceira série no montante de 305.000 ocorrerá em 04 de abril de 2023.

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	3.086.525	40,47	3.045.440	44,27
TJLP	25.245	0,33	31.532	0,46
Taxa fixa	269.806	3,54	277.925	4,04
IPCA	2.464.853	32,32	1.623.074	23,60
Moeda estrangeira				
Dólar	1.779.705	23,34	1.900.185	27,63
Total	7.626.134	100	6.878.156	100

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.4 Em 30 de junho de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	10.633	697.974	(7.319)	701.288
2024	1.140.319	350.000	(13.692)	1.476.627
2025	608.950	350.000	(12.081)	946.869
2026	291.051	930.879	(8.213)	1.213.717
2027	-	287.500	(6.382)	281.118
2028 em diante	-	1.868.023	(23.905)	1.844.118
	2.050.953	4.484.376	(71.592)	6.463.737

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.06.2022
	%
CDI ⁽¹⁾	11,32
SELIC ⁽¹⁾	11,32
TJLP ⁽¹⁾	6,82
IPCA ⁽¹⁾	11,73
Dólar ⁽¹⁾	5,2380

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2022

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 30.06.2022	
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movi- mentações
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	31.532	-	(7.317)	(759)	62	750	-	-	-	977	25.245
BNP II	246.942	-	-	(1.931)	-	1.917	-	(15.637)	-	-	231.291
BNP 4131 III	468.547	-	-	(3.902)	-	4.150	-	(29.969)	-	-	438.826
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	(2.321)	-	2.316	-	(13.982)	-	-	206.694
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(12.330)	-	12.262	-	(8.051)	-	-	269.806
SCOTIABANK 4131 III	313.500	-	-	(3.753)	-	3.673	-	(19.815)	-	-	293.695
MUFG 4131	217.146	-	-	(1.934)	-	1.920	-	(13.749)	-	-	203.363
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(4.664)	-	4.628	-	(27.427)	-	-	405.826
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	-	(7.317)	(31.594)	62	31.616	(8.051)	(120.579)	-	977	2.074.756
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	-	657.325	(657.325)	(22.491)	-	22.491	-	-	-	-	-
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	1.426.401	-	-	(62.414)	-	83.505	-	-	980	-	1.448.472
Debêntures - 24ª emissão	1.595.040	-	-	(56.523)	49.324	59.974	(21.689)	-	2.453	-	1.628.579
Debêntures - 25ª emissão	729.550	-	-	(16.866)	40.728	16.953	(32.857)	-	1.410	-	738.918
Debêntures - 26ª Emissão	586.795	-	-	(29.889)	-	35.757	-	-	(37)	-	592.626
Debêntures - 27ª Emissão -	-	800.000	-	-	7.444	6.516	16.149	-	(26.844)	-	803.266
Total - Debêntures	4.337.786	800.000	-	(165.692)	97.496	202.705	(38.397)	-	(22.038)	-	5.211.861
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	-	-	-	597	-	-	-	-	10.794
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.334	-	-	-	-	18.218	-	-	171	-	328.723
Total - Notas Promissórias	330.728	-	(10.000)	(490)	-	19.108	-	-	171	-	339.517
Total da dívida	6.878.156	1.457.325	(674.642)	(220.267)	97.558	275.920	(46.448)	(120.579)	(21.867)	977	7.626.134

14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

	30.06.2022	31.12.2021	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros a.a.
Obrigação por arrendamento						
Veículos e outros meios de transporte	85.752	102.370	01/01/2024	18	Mensal	de 7,82% até 10,32%
Ativos de tecnologia	2.462	3.284	05/12/2031	24	Mensal	de 0,00% até 13,55%
Imóveis	127.439	171.255	01/02/2027	31	Mensal	de 4,65% até 11,32%
Terrenos	2.199	3.153	31/07/2022	1	Mensal	7%
Total - Obrigação por arrendamento	217.852	280.062		74		
Circulante	54.373	50.327				
Não circulante	163.479	229.735				
	217.852	280.062				

Em 30 de junho de 2022, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2022	61.850	(7.477)	54.373
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	173.263	(9.784)	163.479
Até 2 anos - 2024	63.553	(7.786)	55.767
Até 3 anos - 2025	29.827	(1.722)	28.105
2026 em diante	79.883	(276)	79.607
Total circulante e não circulante	235.113	(17.261)	217.852

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Ativos de direito de uso

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	8.978	-	-	-	8.978
Amortizações	(8.435)	(7.406)	(9.575)	(688)	(26.104)
Saldos em 30 de junho de 2021	73.396	5.224	79.944	3.275	161.839
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.138	2.375	97.248	2.588	263.349
Remensuração	(39.745)	(50.727)	(294)	-	(90.766)
Amortizações	(1.602)	48.353	(18.764)	(688)	27.299
Saldos em 30 de junho de 2022	119.791	1	78.190	1.900	199.882

Obrigações por arrendamentos

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.06.2022			
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional				
			Amortização de principal	Pagamento de juros				
280.062	-	37.398	5.923	(23.769)	(6.966)	217.852		
280.062	-	37.398	5.923	-	23.769	-	6.966	217.852

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.06.2021
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
209.974	8.978	8.570	(32.943)	(8.570)	186.009
209.974	8.978	8.570	(32.943)	(8.570)	186.009

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022	31.12.2021
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	13.905.044	14.584.749
Valor justo dos ativos do plano	(7.915.888)	(8.015.617)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	730.943	-
Obrigação registrada com previdência privada	6.720.099	6.569.132
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	98.883	97.374
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	98.883	97.374
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.818.982	6.666.506
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.818.982	6.666.506
Circulante	10.871	11.834
Não circulante	6.808.111	6.654.672
Total	6.818.982	6.666.506

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Fundação Cesp (“Vivest”) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Fundação Cesp (“Vivest”) administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp (“Vivest”) ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Fundação Cesp (“Vivest”) submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp (“Vivest”) a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Fundação Cesp (“Vivest”) para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.06.2022	31.12.2021
Confissão de dívida Ia	421.764	417.394
Confissão de dívida Ib	218.922	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	6.098.326	4.255.627
Total dos contratos	6.739.012	4.889.675
Diferença entre premissas	(18.913)	1.679.459
Total registrado	6.720.099	6.569.134

Detalhes referentes aos contratos com a Vivest podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1. das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada com auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2022, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2022, ocasionou um aumento de R\$ 318.209 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2022	31.12.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.003.927	14.682.123
Valor justo dos ativos do plano	(7.915.888)	(8.015.617)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	730.943	
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	6.818.982	6.666.506

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	14.682.125	14.575.895
Custo dos serviços correntes	2.964	7.088
Custo dos juros	662.269	1.010.123
Benefícios pagos pelo plano	(682.323)	(1.335.271)
Efeito migração - plano benefício definido	-	-
Ganho atuarial	(661.108)	424.288
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	14.003.927	14.682.123

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2022	31.12.2021
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.015.618	7.878.743
Retorno esperado dos ativos do plano	365.293	541.392
Contribuições do empregador	465.672	744.100
Transferência para dívida financeira	-	30.046
Benefícios pagos	(682.323)	(1.335.271)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(248.372)	156.607
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.915.888	8.015.617

(d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2022	30.06.2021
Saldo inicial	6.666.506	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	2.964	3.546
Juros líquidos conforme laudo atuarial	296.975	234.364
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(465.671)	(402.872)
Transferência para dívida financeira	-	(30.046)
Ajustes de avaliação atuarial	(412.735)	(1.446.998)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	730.943	-
Saldo final	6.818.982	5.055.146

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Capitalização para infraestrutura em construção	(389)	(779)	(362)	(666)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.914	3.838	1.899	3.791
Receitas (despesas) no exercício com entidade de previdência privada	1.525	3.059	1.537	3.125
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	1.482	2.964	1.961	3.734
Despesas nos trimestres e semestres com benefícios pós-emprego	3.007	6.023	3.498	6.859
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	331.134	662.268	250.663	501.326
Rendimento esperado dos ativos do plano	(182.646)	(365.293)	(135.348)	(270.696)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	148.488	296.975	115.315	230.630
Total das Receitas (despesas) nos períodos	151.495	302.998	118.813	237.489

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(7.112.194)	(6.844.514)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica	-	(1.283.074)
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	661.108	3.086.740
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	-	(2.227.953)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(248.372)	156.607
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(730.943)	
Saldo no final do período	(7.430.401)	(7.112.194)

(g) Premissas atuariais utilizadas:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,03%	10,08%

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não sofreram alteração.

(h) Estimativa da despesa para o segundo semestre de 2022:

	01.07.2022 a 31.12.2022
Custo dos serviços correntes - FGTS	2.964
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	662.269
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(365.293)
Total da despesa projetada	299.939

17. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no semestre findo em 30 de junho de 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.06.2022	31.12.2021
Depósitos judiciais - processos prováveis	299.044	296.583
Depósitos judiciais - processos possíveis	550.452	523.312
Depósitos judiciais - processos remotos	27.679	32.077
	877.175	851.972

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.06.2022	Depósitos vinculados 30.06.2022	Depósitos vinculados 31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	17.446	12.789	(25.777)	(2.859)	305.267	111.665	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	56.287	32.413	(20.369)	(22.183)	303.463	10.756	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168	-	5.382	(19.156)	-	117.394	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	159.535	-	6.651	-	-	166.186	175.885	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	176.245	12.576	7.349	-	-	196.170	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	4.410	76	162	(4)	-	4.644	738	715
Processos ambientais (e)	5.126	1.182	236	(1.182)	-	5.362	-	-
Outros processos	8.751	-	10	-	-	8.761	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	87.567	64.992	(66.488)	(25.042)	1.107.247	299.044	296.583
Outras provisões (f)	34.417	-	-	(6.186)	-	28.231	-	-
Total	1.080.635	87.567	64.992	(72.674)	(25.042)	1.135.478		
Circulante	186.090					224.473		
Não circulante	894.545					911.005		
Total	1.080.635					1.135.478		

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.06.2021	Depósitos vinculados 30.06.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas	325.989	27.810	8.727	(33.336)	(16.047)	313.143	136.286	139.049
Processos cíveis	241.378	50.393	15.310	(28.527)	(22.127)	256.427	10.840	7.352
Autos de infração - Fundação Procon	31.463	8.129	3.186	-	(25.715)	17.063	-	-
Multa de trânsito	55.284	-	5.931	-	-	61.215	-	-
Multas posturais	20.797	981	815	(78)	(10.315)	12.200	-	-
Processos cíveis	133.834	41.283	5.378	(28.449)	13.903	165.949	10.840	7.352
Processos regulatórios	129.612	-	1.643	-	(3.903)	127.352	-	-
Processos fiscais								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	145.211	1.593	7.649	-	-	154.453	161.971	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	71.328	-	393	-	-	71.721	-	-
Outros processos fiscais	3.990	143	102	(48)	(89)	4.098	565	561
Processos ambientais	4.721	1.292	182	(1.292)	-	4.903	-	-
Outros processos	8.744	54	2	(54)	-	8.746	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	81.285	34.008	(63.257)	(42.166)	940.843	309.662	299.703
Outras provisões	-	92.289	-	(28.997)	-	63.292	-	-
Total	930.973	173.574	34.008	(92.254)	(42.166)	1.004.135		
Circulante	168.917					191.381		
Não circulante	762.056					812.754		
Total	930.973					1.004.135		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 884 processos (842 em 31 de dezembro de 2021), compostos por processos de natureza trabalhista, previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 8 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2021) relacionados à supostas não conformidades, sendo 3 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	9.794
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 30/09/2020	15.446	7.162
nº 0015/TN170	Maior de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	30.501	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.851	33.230
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável em 08/10/2021	18.792	53.948
Total				88.790	104.134

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 30 de junho de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida em maio de 2020, sobre o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial de R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

Com relação ao AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 03 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão.

AI nº 001/2016 – Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. Em sede de recurso de apelação foram reestabelecidos os efeitos da liminar. Aguarda-se o julgamento do mérito do recurso.

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 104.133 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível	
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Maior de 2022	-	-	
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.359	-	
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	12.641	2.718	
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	12.057	3.079	
				Outros	549	-
				Total	28.606	5.797

Em cumprimento ao Despacho nº 1.253, de 10 de maio de 2022, a Companhia no dia 06 de junho de 2022, realizou o pagamento da multa no valor total de R\$19.156 com as devidas atualizações financeiras, decorrente do Auto de Infração nº 1008/2018/SFE. Em 24 de junho de 2022, a ANEEL, por meio do Termo de Encerramento (TE nº: 0026/2022-SFE) registrou o encerramento do processo administrativo punitivo em razão do recolhimento da multa.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos. O montante de R\$ 5.797 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o Juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 30 de junho de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as réis, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2022	31.12.2021
Processos cíveis	980.318	792.502
Processos cíveis diversos	980.318	792.502
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios	1.916.189	1.794.861
Devolução tarifária - Base Blindada	1.393.123	1.287.962
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	195.109	190.117
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	104.133	101.123
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	96.590	94.187
Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	94.713	89.654
Outros processos regulatórios	32.521	31.818
Processos fiscais	3.730.836	3.609.819
CSLL - base negativa	158.881	155.845
Execuções fiscais municipais - diversas	101.983	96.004
PIS - Estatuto da decadência	248.672	245.748
COFINS - anistia	165.373	163.630
COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	198.544	193.886
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	178.614	175.568
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	677.629	667.059
FINSOCIAL	235.882	230.448
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	166.886	162.568
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	160.491	156.002
Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	205.589	181.192
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	74.363	71.397
Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	263.450	252.169
Débitos de IUUE - Imposto único sobre energia elétrica	45.043	43.228
IRPJ/CSLL - Goodwill	725.615	692.614
Outros processos fiscais	53.035	51.675
Processos trabalhistas (a)	848.844	948.584
(a.1) Ações de periculosidade - Sede Barueri	-	139.733
(a.2) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	118.733	116.665
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	60.573	65.116
Contribuição Previdenciária – SAT	47.374	11.381
Outros processos trabalhistas	622.164	615.689

(a) Processos trabalhistas:

(a.1) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Em 07 de abril de 2022 o processo transitou em julgado (decisão final), mantendo a decisão favorável à empresa.

(a.2) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado seguimento. Aguarda-se, neste momento, eventual recurso do Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	184.199	164.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	4.981	3.307
Ministério de Minas e Energia	18.1	2.490	1.653
Eficiência energética	18.1	264.036	278.526
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		102.830	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.362	2.362
Outros encargos		63	62
Total		560.961	496.308
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	108.963	102.319
Total		108.963	102.319

- 18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	331.052
Junho de 2024	2ª - Advogados	40.909	54.172
			385.224

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possui dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de junho de 2022 o total compensado de R\$ 1.874.565 (R\$ 1.239.236 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.624 – mais informações vide nota explicativa nº 34.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	1.040.868	814.140
<u>Ativo não circulante</u>	8	4.407.559	5.117.610
Total Ativo		5.448.427	5.931.750
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		1.040.868	814.140
<u>Passivo não circulante</u>		6.251.421	6.326.144
Total Passivo		7.292.289	7.140.284
		30.06.2022	30.06.2021
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	-	(127.378)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	127.378
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		152.005	68.801
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(152.005)	(68.801)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Adições	127.378	127.378
Atualização	68.801	68.801
Compensações	(349.383)	-
Saldo em 30.06.2021	6.735.877	7.506.703
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Atualização	152.005	152.005
Compensações	(635.328)	-
Saldo em 30.06.2022	5.448.427	7.292.289

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em junho de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022		31.12.2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista:				
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	30.06.2022	31.12.2021
Ajuste de avaliação patrimonial		977.863	1.026.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(332.475)	(349.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		645.388	677.668
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.456.643)	(7.133.617)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		22.985	18.168
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(127.058)	(28.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.570.644	2.428.871
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.990.072)	(4.714.863)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.344.684)	(4.037.195)

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 18 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 1.141.433 acrescido do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 67.804 e tendo em vista que o saldo de reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, resultando em lucro líquido ajustado de R\$ 1.209.238, que será destinado da seguinte forma: (i) Juros sobre capital próprio - JSCP imputáveis ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 241.000 (conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2021); (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 97.459; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 870.778; sendo os itens (ii) e (iii) pagos até 31 de dezembro de 2022.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 28 de junho de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 100.000.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Numerador:				
Lucro líquido do período	265.061	592.229	210.206	346.743
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	<u>1,34231</u>	<u>2,99913</u>	<u>1,06451</u>	<u>1,75595</u>

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

Não houve movimentação de ações nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos trimestres:

	01.04.2022 a 30.06.2022			01.04.2021 a 30.06.2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Transferência para atividades de distribuição						
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.161.031	4.098.755	3.330.724	7.043.715	4.206.839	3.030.394
Industrial	24.225	526.112	402.010	24.932	561.203	359.524
Comercial	402.070	2.054.499	1.656.892	402.144	1.927.884	1.316.201
Rural	539	8.262	2.835	575	7.844	2.386
Poder público	15.209	279.781	195.412	15.641	243.373	142.861
Iluminação pública	2.723	120.696	60.943	2.448	198.692	79.962
Serviço público	1.352	91.138	62.980	1.400	98.737	55.223
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.531.603)	-	-	(2.381.029)
Subtotal - fornecimento	7.607.149	7.179.243	3.180.193	7.490.855	7.244.571	2.605.522
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(275.783)	-	-	(58.733)
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.531.603	-	-	2.381.029
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.899	3.250.652	556.613	2.565	2.958.623	517.944
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(21.316)	-	-	(15.700)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	446.735	20.795	-	744.082	110.868
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	6.885	-	-	-
Receita de construção	-	-	453.948	-	-	362.624
Aluguel de poste	-	-	49.210	-	-	41.606
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	-	81
Outras receitas	-	-	14.090	-	-	12.077
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.610.048	10.876.630	6.516.238	7.493.420	10.947.276	5.957.318
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	123.763	-	-	128.206
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	385.712	-	-	485.310
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	189.032	-	-	95.876
Total outras receitas	-	-	698.507	-	-	709.392
Receita operacional bruta	7.610.048	10.876.630	7.214.745	7.493.420	10.947.276	6.666.710
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(36.198)	-	-	(38.239)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(929.643)	-	-	(529.162)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(30.908)	-	-	(23.076)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(157.882)	-	-	(269.071)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.086)	-	-	(4.977)
ICMS	-	-	(1.174.233)	-	-	(1.043.040)
COFINS - corrente	-	-	(423.882)	-	-	(368.070)
PIS - corrente	-	-	(160.673)	-	-	(79.849)
ISS	-	-	(91)	-	-	(37)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.920.596)	-	-	(2.355.521)
Receita operacional líquida	7.610.048	10.876.630	4.294.149	7.493.420	10.947.276	4.311.189

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos semestres:

Nota	01.01.2022 a 30.06.2022			01.01.2021 a 30.06.2021		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.161.031	8.174.248	7.075.291	7.043.715	8.392.332	5.977.262
Industrial	24.225	1.013.187	823.417	24.932	1.081.773	698.116
Comercial	402.070	4.135.404	3.539.244	402.144	3.996.264	2.716.219
Rural	539	16.155	5.901	575	15.659	4.664
Poder público	15.209	546.085	403.697	15.641	482.016	282.589
Iluminação pública	2.723	244.663	134.807	2.448	383.218	154.497
Serviço público	1.352	184.930	135.569	1.400	188.698	106.199
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(5.049.170)	-	-	(4.789.221)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.607.149	14.314.672	7.490.855	14.539.962	5.150.325
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1/23.2	-	(147.200)	-	-	64.802
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	-	-	-	(127.378)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	-	-	-	127.378
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	5.049.170	-	-	4.789.221
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.899	6.397.537	2.565	6.020.175	1.033.350
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	(42.278)	-	-	(40.930)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	718.870	-	1.160.391	146.768
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	14.077	-	-	-
Receita de construção	23.4	-	755.629	-	-	639.699
Aluguel de poste	23.5	-	90.833	-	-	81.708
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	83	-	-	157
Outras receitas	23.6	-	26.079	-	-	20.001
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.610.048	21.431.079	7.493.420	21.720.527	11.885.101
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	258.118	-	-	250.946
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	1.076.059	-	-	988.094
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	338.434	-	-	203.658
Total outras receitas		-	1.672.611	-	-	1.442.698
Receita operacional bruta		7.610.048	21.431.079	7.493.420	21.720.527	13.327.799
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(77.125)	-	-	(77.537)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.878.221)	-	-	(1.183.040)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(61.081)	-	-	(48.941)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(1.127.856)	-	-	(369.492)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(14.173)	-	-	(9.954)
ICMS	23.9	-	(2.473.019)	-	-	(2.075.549)
COFINS - corrente	23.9	-	(861.706)	-	-	(755.601)
PIS - corrente	23.9	-	(255.607)	-	-	(163.970)
ISS	23.9	-	(181)	-	-	(73)
Total das deduções da receita operacional bruta		-	(6.748.969)	-	-	(4.684.157)
Receita operacional líquida		7.610.048	8.861.412	7.493.420	21.720.527	8.643.642

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nos trimestres:

01.04.2022 a 30.06.2022				
Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.929.317)	-	-	(1.929.317)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(541.310)	-	-	(541.310)
Pessoal e administradores	(110.063)	(31.397)	-	(141.460)
Entidade de previdência privada	(1.211)	(315)	-	(1.526)
Serviços de terceiros	(191.090)	(52.031)	-	(243.121)
Material	(14.633)	(1.133)	-	(15.766)
Custo de construção	(453.948)	-	-	(453.948)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(109.733)	-	(109.733)
Perda de recebíveis de clientes	-	(36.874)	-	(36.874)
Provisão para processos judiciais e outros	(1.024)	(15.907)	-	(16.931)
Depreciação e amortização	(140.524)	(49.380)	-	(189.904)
Receita de multas por impontualidade de clientes	(646)	-	41.947	41.301
Outras receitas (despesas) operacionais	(48.530)	-	11.430	(37.100)
Total	(3.432.296)	(146.607)	(150.163)	53.377

01.04.2021 a 30.06.2021				
Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(2.202.806)	-	-	(2.202.806)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(650.531)	-	-	(650.531)
Pessoal e Administradores	(110.417)	(24.013)	-	(134.430)
Entidade de previdência privada	(1.235)	(302)	-	(1.537)
Serviços de terceiros	(152.662)	(52.908)	-	(205.570)
Material	(15.128)	(222)	-	(15.350)
Custo de construção	(362.624)	-	-	(362.624)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	24.819	-	24.819
Perda de recebíveis de clientes	-	(68.742)	-	(68.742)
Provisão para processos judiciais e outros	(928)	(13.284)	-	(14.212)
Depreciação e amortização	(133.705)	(27.665)	-	(161.370)
Receita de multas por impontualidade de clientes	(651)	-	31.434	30.782
Outras receitas (despesas) operacionais	(34.562)	-	(3.870)	(38.431)
Total	(3.665.249)	(43.923)	(118.394)	27.564

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos semestres:

01.01.2022 a 30.06.2022				
Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(3.735.813)	-	-	(3.735.813)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.457.454)	-	-	(1.457.454)
Pessoal e administradores	(216.175)	(62.482)	-	(278.657)
Entidade de previdência privada	(2.412)	(648)	-	(3.060)
Serviços de terceiros	(376.126)	(117.967)	-	(494.093)
Material	(20.936)	1.250	-	(19.686)
Custo de construção	(755.629)	-	-	(755.629)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(179.139)	-	(179.139)
Perda de recebíveis de clientes	-	(85.879)	-	(85.879)
Provisão para processos judiciais e outros	(6.566)	(32.474)	-	(39.040)
Depreciação e amortização	(279.531)	(89.095)	-	(368.626)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	(2.521)	-	77.693	75.172
Outras receitas (despesas) operacionais	(96.806)	-	21.685	(75.121)
Total	(6.949.969)	(265.018)	(301.416)	99.378

01.01.2021 a 30.06.2021				
Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(4.280.941)	-	-	(4.280.941)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.384.161)	-	-	(1.384.161)
Pessoal e Administradores	(352.862)	(49.314)	-	(402.176)
Entidade de previdência privada	(2.535)	(590)	-	(3.125)
Serviços de terceiros	(336.406)	(96.785)	-	(433.191)
Material	(28.704)	(117)	-	(28.821)
Custo de construção	(639.699)	-	-	(639.699)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(23.086)	-	(23.086)
Perda de recebíveis de clientes	-	(131.545)	-	(131.545)
Provisão para processos judiciais e outros	(5.816)	(21.311)	-	(27.127)
Depreciação e amortização	(264.825)	(58.242)	-	(323.067)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	(3.278)	-	61.346	58.068
Outras receitas (despesas) operacionais	(110.171)	-	20.149	(90.022)
Total	(7.409.398)	(154.631)	81.495	(7.708.893)

25. Custo do serviço de energia elétrica

	Nota	MWh (*)		R\$			
		01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda:							
Itaipu		3.716.277	3.843.968	(578.410)	(1.058.739)	(615.415)	(1.331.402)
ANGRA 1 e 2		697.763	733.458	-	-	(85.109)	(170.525)
Compra - CCEE		-	-	-	-	-	-
Compra - CCEAR		8.817.573	8.802.493	(1.442.658)	(2.851.497)	(1.030.699)	(2.037.405)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1	96.472	97.630	(10.605)	(21.236)	(9.996)	(19.752)
Quotas de garantia física		4.924.104	4.858.589	-	-	(266.737)	(536.295)
Risco hidrológico		-	-	-	-	(349.764)	(489.938)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	30.261	63.327	12.920	29.350
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	181.043	350.962	210.854	409.956
Subtotal		18.252.189	18.336.138	(1.820.369)	(3.517.183)	(2.133.946)	(4.146.011)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		316.688	336.196	(108.948)	(218.630)	(68.860)	(134.930)
Total		18.568.877	18.672.334	(1.929.317)	(3.735.813)	(2.202.806)	(4.280.941)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da rede básica	(428.962)	(858.599)	(430.615)	(858.016)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1 (4.174)	(8.435)	(3.456)	(6.752)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(81.224)	(575.259)	(240.715)	(520.219)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	18.189	18.189
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(49.033)	(95.237)	(64.641)	(125.848)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER	-	-	38.307	38.307
Operador Nacional do Sistema - ONS	(6.325)	(14.988)	(4.893)	(12.918)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(3.223)	(6.405)	(3.055)	(6.034)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(23.543)	(47.086)	(25.960)	(51.920)
(-) Créditos de PIS/COFINS	55.174	148.555	66.308	141.050
Total	(541.310)	(1.457.454)	(650.531)	(1.384.161)

26. Outras receitas e despesas operacionais

Nota	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	1.600	2.074	755	1.044
Arrendamentos e aluguéis	2.391	2.591	4.197	(25)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	29.1 (6.689)	(639)	-	-
Seguros	6.689	639	3.160	(1.279)
Tributos	(15.588)	(24.007)	(13.231)	(20.171)
Doações, contribuições e patrocínios	(991)	(1.915)	(1.290)	(2.363)
Tarifa bancária	(14.707)	(28.435)	(12.148)	(26.639)
Publicidade	(4)	(354)	(17)	(17)
Perdas na desativação de bens e direitos	1.015	(3.591)	(2.000)	(4.264)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(5.379)	(11.227)	(6.632)	(12.937)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2 (5.669)	(14.187)	(4.254)	(8.434)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(2.677)	(5.887)	(2.285)	(4.964)
Despesas Indedutíveis	(181)	(716)	(588)	(1.163)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso	42.021	77.828	31.550	61.817
Penalidades - devoluções a consumidores	(362)	(1.050)	(1.955)	(3.969)
Multa de mora - pagamento de fornecedores	(719)	(2.656)	(768)	(3.749)
Taxa de contribuição CCEE	(856)	(1.719)	809	(86)
Outros	4.307	13.302	(2.952)	(4.755)
Total	4.201	51	(7.649)	(31.954)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

Nota	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	17.428	27.410	4.403	7.666
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	25.278	45.833	96.670
Subvenções governamentais	466	977	661	1.360
Atualização de créditos tributários	8.1	238	186	272
Atualização monetária dos depósitos judiciais		18.945	34.980	5.519
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	191.438	243.137	16.648
Variação monetária Swap - Debêntures		21.061	38.207	27.750
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		48.737	62.597	10.502
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	-	843
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		2.333	3.889	120
Outras receitas financeiras		2.660	8.346	9.456
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso		-	-	-
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(3.478)	(6.396)	(3.149)
Subtotal	325.106	459.881	118.736	258.847
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures	(152.361)	(281.352)	(49.377)	(91.327)
Variação monetária - Debêntures	(57.669)	(97.496)	(27.746)	(48.722)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures	-	-	(34.619)	(34.619)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(53.111)	(95.881)	(6.818)	(9.118)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(2.448)	(5.923)	(8.570)
Subvenções governamentais	(466)	(977)	(662)	(1.361)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(5.153)	(9.615)	(2.467)	(4.373)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	(170)	10.086	5.788
Cartas de fiança e seguros garantia	(21.683)	(31.775)	(7.538)	(15.357)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(36.787)	(64.992)	(16.379)	(38.273)
Atualização monetária - energia livre	(1.939)	(3.518)	(490)	(791)
Atualização acordo Eletrobras	(21.182)	(40.952)	(9.989)	(17.652)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16	(148.488)	(296.975)	(117.182)
Comissão de fiança - partes relacionadas	29.1	(752)	(1.482)	(2.140)
Outras despesas financeiras	(4.174)	(41.670)	(13.834)	(28.609)
Variação monetária - Empréstimos	(56)	(62)	(11.140)	(67.782)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos	(86.936)	(98.023)	(13.528)	(69.912)
Subtotal	(593.375)	(1.060.607)	(312.353)	(667.182)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais - Empréstimos	(162.119)	120.579	164.806	66.232
Variações cambiais - Swap Empréstimos	162.113	(120.584)	(164.821)	(66.246)
Variações cambiais - outras	1.448	2.463	1.307	987
Subtotal	1.442	2.458	1.292	973
Total do resultado financeiro	(266.827)	(598.268)	(192.325)	(407.362)

27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Nos trimestres:

	01.04.2022 a 30.06.2022		01.04.2021 a 30.06.2021	
	IRPJ	C.SLL	IRPJ	C.SLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	3	1	(18.248)	(6.806)
Diferidos	(63.671)	(22.905)	(61.473)	(22.129)
Total	(63.668)	(22.904)	(79.721)	(28.935)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	351.633	351.633	318.862	318.862
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(100.000)	(100.000)	467	467
Doações	262	262	(761)	(761)
Gratificação a administradores	620	620	2.028	2.028
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.714	1.714	-	-
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	170	170
Multas indedutíveis	111	111	588	588
Despesas indedutíveis	181	181	162	162
Salário maternidade e paternidade	153	153	-	-
Total das adições	(96.959)	(96.959)	2.654	2.654
Base de cálculo	254.674	254.674	321.516	321.516
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(63.669)	(22.921)	(80.377)	(28.935)
Incentivos	1	-	650	-
Compensação de base de cálculo	-	-	6	-
Total da despesa com tributos	(63.668)	(22.904)	(79.721)	(28.935)
Alíquota efetiva	18,1%	6,5%	25,0%	9,1%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos semestres:

	01.01.2022 a 30.06.2022		01.01.2021 a 30.06.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(75.394)	(27.848)	(24.047)	(8.966)
Diferidos	(110.783)	(39.865)	(108.552)	(39.079)
Total	(186.177)	(67.713)	(132.599)	(48.045)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	846.119	846.119	527.387	527.387
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(100.000)	(100.000)	-	-
Doações	1.300	1.300	505	505
Gratificação a administradores	1.094	1.094	(502)	(502)
Perdas indedutíveis no contas a receber	2.782	2.782	3.864	3.864
Multas indedutíveis	291	291	1.164	1.164
Despesas indedutíveis	716	716	1.162	1.162
Salário maternidade e paternidade	252	252	247	247
Total das adições	(93.565)	(93.565)	6.440	6.440
Base de cálculo	752.554	752.554	533.827	533.827
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(188.139)	(67.713)	(133.457)	(48.045)
Incentivos	2.251	-	846	-
Compensação de base de cálculo	6	-	12	-
IRPJ_CSLL sobre Selic dos indêbitos	(295)	-	-	-
Total da despesa com tributos	(186.177)	(67.713)	(132.599)	(48.045)
Alíquota efetiva	22,0%	8,0%	25,1%	9,1%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				01.01.2022 a 30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE /VENDA EM FATURA DE ENERGIA)	ENEL X Brasil S.A.	Conforme demanda	Fevereiro de 2024	792	749	141	157
Contrato MVE (Venda de energia excedente)	ENEL TRADING S.A	57.243	Dezembro de 2021	-	2.590	-	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS	ENEL CHILE			2.440	2.285	96	380
	ENEL SPA			324	324	-	-
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.			-	-	-	1.071
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA	COELCE CIA. ENERGÉTICA			7.108	6.976	-	-
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.419	4.290	-	-
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	757	750	-	-
	ENEL GREEN POWER BRASIL			-	-	-	-
	ENEL BRASIL			6.600	5.035	-	-
	ENEL FORTALEZA			489	483	-	-
	CELG DISTRIBUICAO S/A			9.712	8.429	986	-
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA			275	270	-	-
	CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO			1.489	1.476	-	-

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	309	321	(1.841)	(1.730)
	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	88	92	(532)	(498)
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL		2.470		-
	ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A	27.136	Resolução Homologatória nº 2.492/18 da ANEEL	2.363	-	(14.576)	(13.629)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR	ENEL X BRASIL S.A	985	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	(32)	-		-
	ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	994	Até o final da concessão	122	143	(577)	(520)
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	13.120	Até o final da concessão	-	-		-
	ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA I EÓLICA S.A.	2.603	Até o final da concessão	-	-		(1.125)
	ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA II EÓLICA S.A. (II E III)	2.603	Até o final da concessão	-	-		(1.044)
	ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.	648	Até o final da concessão	81	96	(386)	(348)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.	2.028	Até o final da concessão	269	310	(1.230)	-
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.	1.872	Até o final da concessão	249	288	(1.142)	-
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.	1.592	Até o final da concessão	200	236	(952)	(858)	
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	ENEL CIEN S.A.	8.435	Até o final da concessão	1.390	1.302	(8.435)	(6.752)
COMISSÃO DE FIANÇA	ENEL BRASIL S.A	0,20% sobre saldo dívida	Julho de 2019 a setembro de 2023	1.341	1.335	(1.482)	(2.140)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.989	4.989	-	-
	ENEL CIEN S.A			206	206	-	-
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A			4.888	4.888	-	-
	ENEL BRASIL S.A	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	31.553	20.675	-	-
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.			185	155	-	-
	COELCE-CIA. ENERGÉTICA			514	514	-	-
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.			1.773	1.773	-	-
EXPATRIADOS	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	12.322	13.041	(2.167)	(4.486)
	ENEL CHILE S.A			256	197	-	(106)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO (FEE + ICT)	ENEL BRASIL S.A	453.738	Março de 2025	120.996	74.142	-	-
MÚTUO	ENEL BRASIL S.A		Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	(22.491)	-
DIVIDENDOS	ENEL BRASIL S.A	576.116	n/a	407.000	576.116	-	-

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

As operações de mútuos foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do despacho Nº 3.037/2018.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2021
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.720.099	6.569.132	296.975	(115.315)
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:			6.720.099	6.569.132	296.975	(115.315)

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da diretoria estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos períodos, é como segue:

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	2.063	3.799	373	1.586
Total	2.063	3.799	373	1.586

30. Seguros

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 4.923.133	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil administradores	10/11/2021	10/11/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Categoria	30.06.2022		31.12.2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
	Caixa e equivalentes de caixa	4	969.995	969.995	1.112.302	1.112.302
	Investimentos de curto prazo	4	4.860	4.860	2.968	2.968
	Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>		-	-	46.092	46.092
	Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>		109.825	109.825	79.024	79.024
	Consumidores, revendedores e outros	5	2.866.963	2.866.963	3.317.386	3.317.386
	Contas a receber - acordos	6	535.301	535.301	504.647	504.647
	Depósitos vinculados	17	877.175	877.175	851.972	851.972
	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	1.194.912	1.194.912	1.050.779	1.050.779
	Ativo financeiro da concessão	10.2	6.919.418	6.919.418	6.317.532	6.317.532
	Ativo financeiro setorial	11	3.277.708	3.277.708	3.448.879	3.448.879
	Total		16.756.157	16.756.157	16.731.581	16.731.581
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
	Fornecedores	12	2.221.823	2.221.823	3.074.669	3.074.669
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.891.475	4.515.444	4.977.157	4.602.431
	Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	14	2.734.657	2.799.568	1.900.999	1.941.882
	Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>		244.091	244.091	49.246	49.246
	Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>		67.489	67.489	35.437	35.437
	Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	385.224	385.224	738.922	738.922
	Obrigações com arrendamento	15	217.852	217.852	280.062	280.062
	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		407.000	407.000	576.116	576.116
	Passivo financeiro setorial	11	1.797.569	1.797.569	1.665.139	1.665.139
	Total		12.967.180	12.656.060	13.297.747	12.963.904

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	Fair value hedge	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Itáú 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
						4.444.000

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(108.147)
Provisão de encargos - juros	(5.113)
Pagamento de encargos - juros	(1.657)
Variação monetária	48.724
Variação cambial	(66.243)
Marcação a mercado no resultado	(61.881)
Marcação a mercado no PL	14.189
Saldo em 30 de junho de 2021	(63.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.433
Recebimentos de principal	-
Provisão de encargos - juros	(155.170)
Recebimento de encargos - juros	116.720
Variação monetária	97.496
Variação cambial	(120.584)
Marcação a mercado no resultado	(81.875)
Marcação a mercado no PL	(98.773)
Saldo em 30 de junho de 2022	(201.753)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de junho de 2022 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	178.074	100.069	-	(78.005)
BNP II	(28.326)	(40.187)	(11.861)	-
Itáú	82.424	(10.213)	-	(92.637)
BNP III	(48.363)	(72.089)	(23.726)	-
Scotiabank II	(5.749)	(21.132)	(15.383)	-
BNP IV	-	(23.486)	-	(23.486)
Scotiabank III	(19.569)	(49.078)	(29.509)	-
MUFG	(4.648)	(18.087)	(13.439)	-
Scotiabank IV	(10.380)	(43.519)	(33.139)	-
Santander 27 ^a	(19)	(17.862)	-	(17.843)
Itáú 27 ^a	(6)	(6.169)	-	(6.163)
Total	143.438	(201.753)	(127.057)	(218.134)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 30 de junho de 2022 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Posição em 30.06.2022
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª serie)	100% IPCA + 4,0134%	922.669
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134%	(896.341)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200%	796.272
		822.600
BNP II 4131	USD + 1,71%	231.291
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71%	(219.376)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75%	259.564
		271.479
Itaú		
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	738.918
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(763.833)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	774.047
		749.132
BNP III 4131	USD + 1,97%	438.826
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97%	(417.176)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98%	489.265
		510.915
Scotiabank II	USD + 2,31%	206.694
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31%	(192.510)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	213.642
		227.826
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	269.806
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a	(266.740)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68%	290.226
		293.292
Scotiabank III	USD + 2,61%	293.684
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(272.589)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	321.667
		342.762
MUFG	USD + 1,95%	203.383
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95%	(191.541)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28%	209.628
		221.470
Scotiabank IV	USD + 2,37%	405.827
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(377.322)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	420.839
		449.344
Santander		
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	602.450
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(597.737)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	615.600
		620.313

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú		
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	200.817
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(206.431)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	212.600
		206.986

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

	30.06.2022			31.12.2021				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e operações compromissadas)	969.995	-	969.995	-	1.112.302	-	1.112.302	
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4.860	-	4.860	-	2.968	-	2.968	
Ativo financeiro da concessão	1.194.912	-	-	1.194.912	1.050.779	-	-	
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	42.339	-	42.339	-	43.587	-	43.587	
Debêntures marcadas a mercado	2.799.568	-	2.799.568	-	1.900.999	-	1.900.999	
Total	5.011.674	-	3.816.762	1.194.912	4.110.635	-	3.059.856	

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Gestão de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2022 é:

	Nota	30.06.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	969.995
Investimentos de curto prazo	b.1.1	4.860
Depósitos vinculados	b.1.1	877.175
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.866.963
Contas a receber - acordos	b.1.2	535.301
Ativo financeiro setorial	b.1.3	3.277.708
Ativo contratual	b.1.3	1.194.912
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	6.919.418
Total da exposição		16.646.332

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa no 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e Financiamentos	30.06.2022	31.12.2021
AAA	2.074.756	2.209.642
Total	2.074.756	2.209.642

Debêntures	30.06.2022	31.12.2021
AAA	5.551.378	4.668.514
Total	5.551.378	4.668.514

Operação com instrumento derivativo	30.06.2022	31.12.2021
AAA	201.753	- 40.433
Total	201.753	- 40.433

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	30.06.2022	31.12.2021
AAA	761.497	968.069
AA+	27.362	2.046
AA	44.102	-
Total	832.961	970.115

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.06.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	2.074.756	2.209.642
Debêntures	5.551.378	4.668.514
Operação com instrumento derivativo	201.753	(40.433)
Caixa e equivalentes de caixa	(969.995)	(1.112.302)
Investimentos de curto prazo	(4.860)	(2.968)
Dívida líquida	6.853.032	5.722.453
Patrimônio líquido	1.724.546	2.233.704
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	79,89%	71,92%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2022 é de 79,89% (71,92 % em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 3.037/2018, até 13 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posição em 30 de junho de 2022	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.221.823	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	960	14.950	62.180	2.147.205	(27.097)
Debêntures	-	794.370	732.070	3.383.527	2.687.656
Operações com instrumento derivativo	-	65.848	366.459	852.879	221.721
Obrigações por arrendamento	-	-	54.373	83.872	79.607
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	222.000	185.000	-	-
Total	2.222.783	1.097.168	1.400.082	6.467.482	2.961.887

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía 96,46% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.356.328).

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2022	%	31.12.2021	%
CDB-DI	832.961	100%	970.115	100%
Total	832.961		970.115	
Ativo financeiro indenizável	30.06.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	6.919.418	100%	6.317.532	100%
Total	6.919.418		6.317.532	
Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Taxa Fixa	64.015	0,82%	11.594	0,17%
TJLP	26.927	0,34%	34.192	0,50%
CDI	7.698.366	98,35%	6.768.499	98,99%
IPCA	38.579	0,49%	23.438	0,34%
Total	7.827.887		6.837.723	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.06.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,89%	10,34%	13,78%	17,23%	20,67%
Equivalentes de caixa	CDI	828.101	57.056	85.626	114.112	142.682	171.168
Investimentos de curto prazo	CDI	4.860	335	503	670	837	1.005
Subtotal		832.961	57.391	86.129	114.782	143.519	172.173

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.06.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI								
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	11% do CDI	(1.448.473)	(106.291)	(156.884)	(205.923)	(253.503)	(299.713)	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(705.910)	(52.843)	(75.400)	(97.326)	(118.656)	(139.422)	
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	CDI+1,64% a.a.	(592.625)	(49.036)	(67.865)	(86.166)	(103.971)	(121.305)	
7ª emissão de Notas Promissórias	CDI + 0,97% a.a.	(339.517)	(21.077)	(29.873)	(38.424)	(46.742)	(54.842)	
TJLP								
FINEP 2	TJLP-1,00% a.a.	(25.244)	(667)	(1.125)	(1.575)	(2.019)	(2.457)	
Contrato de Swap								
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(922.669)	(70.158)	(86.384)	(102.349)	(118.063)	(133.533)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	896.341	67.198	82.740	98.032	113.083	127.900	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72%	(796.272)	(58.503)	(83.746)	(108.282)	(132.152)	(155.391)	
BNP 4131 II	USD + 1,71% a.a.	(231.291)	140.685	50.137	(15.989)	(68.382)	(111.921)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71% a.a.	219.376	(133.438)	(47.554)	15.165	64.860	106.155	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75% a.a.	(258.564)	(19.148)	(27.377)	(35.375)	(43.156)	(50.732)	
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	(438.826)	265.857	94.025	(31.462)	(130.890)	(213.512)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97% a.a.	417.176	(252.741)	(89.386)	29.910	124.432	202.978	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98% a.a.	(489.265)	(37.216)	(52.730)	(67.809)	(82.479)	(96.771)	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31% a.a.	(206.694)	124.587	43.629	(15.493)	(62.338)	(101.265)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	192.510	-	-	14.430	58.060	-	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	(213.642)	(16.825)	(23.601)	(30.187)	(36.594)	(42.832)	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	(269.806)	(21.860)	(21.860)	(21.860)	(21.860)	(21.860)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a.	266.740	21.612	21.612	21.612	21.612	21.612	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68% a.a.	(290.226)	(21.207)	(30.408)	(39.350)	(48.050)	(56.520)	
Debêntures - 25ª Emissão	100% do IPCA + 4,26%	(738.918)	(59.084)	(72.331)	(85.365)	(98.193)	(110.823)	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	763.833	59.084	72.331	85.365	98.193	110.823	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,93%	(774.047)	(58.492)	(83.035)	(106.891)	(130.098)	(152.693)	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61% a.a.	(293.684)	176.204	61.146	(22.879)	(89.455)	(144.778)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	272.589	(163.548)	(56.754)	21.235	83.030	134.379	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	(321.667)	(26.545)	(36.750)	(46.670)	(56.319)	(65.714)	
MUFG 4131	USD + 1,95% a.a.	(203.383)	123.254	43.617	(14.541)	(60.623)	(98.195)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	191.541	(116.078)	(41.077)	13.695	57.093	93.155	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	(209.628)	(16.571)	(23.220)	(29.682)	(36.969)	(42.090)	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37% a.a.	(405.827)	244.390	85.428	(30.659)	(122.639)	(199.072)	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	377.322	(227.224)	(79.428)	28.505	114.025	185.089	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	(420.839)	(33.727)	(47.076)	(60.051)	(72.673)	(84.962)	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385% a.a.	(803.266)	(78.190)	(92.143)	(105.873)	(119.386)	(132.689)	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385% a.a.	206.431	19.681	23.266	26.794	30.266	33.684	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82% a.a.	(212.600)	(15.832)	(22.572)	(29.124)	(35.498)	(41.703)	
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385% a.a.	597.737	56.987	67.369	77.584	87.637	97.535	
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82% a.a.	(615.600)	(45.843)	(65.360)	(84.331)	(102.786)	(120.754)	
Subtotal			(7.827.887)	(402.605)	(768.639)	(1.081.309)	(1.340.203)	(1.682.949)
Total da exposição líquida			(6.994.926)	(345.214)	(682.510)	(966.527)	(1.196.684)	(1.510.776)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2022 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	30.06.2022
Empréstimos e financiamento	1.779.705
Exposição patrimonial	1.779.705
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.670.514)
Exposição cambial total	109.191

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.06.2022
Fornecedores (Itaipu)	41.009	214.805
Passivo líquido exposto	41.009	214.805

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021, e aprovou reajuste positivo de +9,60%, composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Vale destacar os componentes financeiros negativos relativos à: PIS/Cofins no valor de R\$ 1.624.000, Reversão do Risco Hidrológico no valor de R\$ 853.400, Conta Escassez Hídrica no valor de R\$ 526.100 e Bônus de ITAIPU no valor de R\$ 235.200.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 92.912 (valor atualizado de R\$ 123.127 em 30 de junho de 2022) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

Não impacta caixa	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	635.329	349.383

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento de juros	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Apresentados nas atividades operacionais	210.181	37.775
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	10.086	5.788
Total Pagamento de juros	220.267	43.563

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 33 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no semestre findo em 30 de junho de 2022.

34. Eventos Subsequentes

34.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2022, aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04% sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 10,15%, em média, para os consumidores na BT.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 25 de julho de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Mercado

Vago

Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor Jurídico

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 25 de julho de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade
Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado
Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção